

**ANEXO II do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira
celebrado entre FEBRABAN e AP1MC em 31/05/2003
FB-101/2003**



**PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO
SOCIAL PARA A
CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO:
UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS
P1MC**



SIGLAS SUMÁRIO EXECUTIVO 2003

AP1MC	Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido
ASA	Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
COP III	3ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Desertificação e Seca
CPTSA	Centro de Pesquisa Tecnológica do Semi-Árido
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semi-Árido
GT	Grupo de Trabalho Cisterna
GTE	Grupo de Trabalho Estadual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Movimento de Organização Comunitária
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UGM	Unidade Gestora Microrregional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

ÍNDICE

Apresentação do P1MC	05
1.1 INTRODUÇÃO.....	06
1.2 JUSTIFICATIVA.....	07
1.3 OBJETIVOS.....	09
1.3.1 Geral.....	09
1.3.2 Específicos.....	09
1.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	10
II - ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO P1MC.....	11
2.1 O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	11
III - COMPONENTES DO PROGRAMA.....	12
3.1 MOBILIZAÇÃO.....	13
3.1.1 O Contexto da Mobilização.....	13
3.1.2 Mobilização e Cidadania.....	14
3.1.3 Espiral de Mobilização.....	14
3.1.4 Imaginário do P1MC.....	16
3.1.5 Critérios de Prioridade de Atendimento do P1MC.....	16
3.2 CONTROLE SOCIAL.....	18
3.2.1 Reuniões Microrregionais.....	19
3.2.2 Reuniões Estaduais.....	19
3.2.3 Reuniões Estaduais.....	19
3.3 CAPACITAÇÃO.....	20
3.3.1 Concepções Básicas de Fundamentação do Processo Formativo da ASA.....	20
3.3.1.1 A Compreensão de Formação e de Metodologia.....	20
3.3.1.2 Compreensão de Convivência com o Semi-Árido.....	22
3.3.1.3 Dimensões Transversais.....	22
3.3.1.4 Eixos Específicos da Formação.....	23
3.3.1.4.1 Capacitação das Equipes das Unidades Gestoras.....	24
3.3.1.4.2 Multiplicadores em Gerenciamento de Recursos Hídricos	24
3.3.1.4.3 Capacitação em Gestão Administrativo-Financeira.....	25
3.3.1.4.4 Capacitação dos Pedreiros-Instrutores.....	25
3.3.1.4.5 Capacitação de Pedreiros.....	26
3.3.1.4.6 Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semi-Árido – GRH.....	27
3.4 COMUNICAÇÃO.....	29
3.4.1 Objetivos da Comunicação.....	29
3.4.2 Públicos-Alvo.....	29

3.4.3	Base Política.....	29
3.4.4	O Terreno da Comunicação.....	30
3.4.5	Identidade e Coerência.....	30
3.4.6	Qualidade.....	31
3.4.7	Acessibilidade.....	31
3.4.8	Produtos Básicos.....	31
3.4.9	Campanha.....	32
3.4.10	Difusão Cultural.....	32
3.4.11	Política Editorial.....	33
3.4.12	Inclusão Digital.....	33
3.4.13	Outros Produtos.....	33
3.5	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SOCIEDADE CIVIL.....	34
3.6	CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS.....	37
3.6.1	Histórico.....	37
3.6.2	Por que as Cisternas Cilíndricas?.....	38
3.6.3	Capacidade e Durabilidade.....	38
3.6.4	Metas de Atendimento das Famílias.....	39
IV	- ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	40
4.1	MODELO DE GESTÃO.....	40

APRESENTAÇÃO DO P1MC

A sociedade civil organizada no semi-árido brasileiro, por meio da **Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA**, apresenta os resultados do desenvolvimento de uma de suas propostas permanentes de convivência com o semi-árido.

Destacamos o aspecto inovador do processo de construção do presente documento, que representou uma intensa mobilização social. Em cada um dos onze estados afetados pelo clima de semi-aridez, ocorreram reuniões com a participação, em média, de 50 organizações estaduais e microrregionais.

Não se tem notícia de uma proposta de política pública que tenha sido elaborada com este nível de participação popular. A inovação avança quando se propõe que o modelo de gestão a ser adotado pelo Programa seja assumido integralmente pela mesma sociedade civil que o elaborou, acompanhado de um rigoroso sistema de controle social em seus diferentes níveis.

O **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC** estabelece, junto às comunidades rurais do semi-árido brasileiro, um processo de capacitação que envolve, diretamente, 1.000.000 de famílias. Neste processo é abordada a questão da convivência com o semi-árido, enfocando-se mais especificamente o gerenciamento de recursos hídricos, a construção de cisternas, o gerenciamento de recursos públicos e a administração financeira dos recursos advindos do **P1MC**. Somente após este trabalho de mobilização, terá início a implementação do Programa junto a, aproximadamente, 5.000.000 de beneficiários.

Assim, o desafio colocado pela **ASA** é de que este seja um passo seguro no sentido de unir esforços para encerrar séculos de presença ostensiva da oligarquia no campo, sempre mantendo o seu poder e impedindo alterações no cenário sócio-econômico da região. A participação popular nas decisões e nos encaminhamentos políticos para o semi-árido é uma forma de luta encampada pela **ASA**, que busca a parceria com a sociedade e o Governo no sentido de garantir as mudanças almejadas pela sociedade civil.

Esta é a marca distintiva do caminho traçado pela **ASA** para minimizar os efeitos das secas, a mortalidade infantil e o sofrimento de mulheres, crianças e adolescentes no exercício de carregarem água para suas casas.

Para as finalidades deste Acordo, as metas de atendimento às famílias e as demais operações do Programas, são limitadas aos indicadores especificados no Plano de Trabalho Anexo.

1.1 INTRODUÇÃO

O presente documento é um resumo do documento original do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Foi elaborado no sentido de subsidiar instrumentos formais de cooperação financeira, que venham acontecer, no âmbito da ASA, via AP1MC, para efetivar a implementação parcial do referido Programa.

Durante os anos 2000-2001, organizações da sociedade civil atuantes no semi-árido, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, empreenderam a preparação de um programa de ação que veio a adotar a sigla P1MC. Trata-se de uma proposta que visa, em parceria com as famílias, comunidades e suas organizações, criar um novo padrão de relacionamento do sertanejo com o seu ambiente. O processo se inicia pela mobilização das famílias, seguido de capacitações e se materializa na construção de cisternas domiciliares de 16.000 litros para captação de água de chuvas.

Na preparação do Programa, as organizações agrupadas em torno à chamada “Articulação no Semi-Árido Brasileiro - ASA”, desenvolveram um esforço técnico e político significativo, combinando-o com intensa mobilização de entidades e, democrática e participativamente, gerando consensos e compromissos desde os níveis municipais, micro-regionais, estaduais e finalmente regional (semi-árido). Na atualidade, a ASA congrega entre 800 e 900 entidades, na sua maioria (59%) organizações de base comunitária, sindicatos de trabalhadores rurais (21%), entidades ligadas as Igrejas católica e evangélicas (11%), ONGs (6%) e cooperativas de trabalho (3%).

A dimensão, o alcance social e político de uma proposta como esta, pode ser rapidamente notada analisando os resultados das ações dos dois convênios já estabelecidos nos anos de 2000, junto ao MMA com o atendimento a 500 famílias e elaboração do P1MC, como também no ano 2001, junto à ANA para atender a 12.400 famílias (em fase de conclusão). Além disto este processo permitiu a consolidação inédita de uma rede importante de organizações da sociedade civil, muitas delas atores relevantes na formação de opinião pública.

Salienta-se o amplo reconhecimento de diferentes setores da sociedade quando conferiram vários prêmios a esta iniciativa e ao programa como o da Revista Superinteressante (mês de junho) como o “Melhor Projeto Ambiental do Brasil”, a Fundação Banco do Brasil (Tecnologias Sociais), o Banco Mundial (Experiências Sociais Inovadoras), e o NEAD-MDA entre outros. Mesmo sem uma divulgação mais arrojada o Programa tem despertado as adesões, em termos de parceiros, como a CNBB, o BM, a ANA, a Comunidade Solidária, e que vêm se somar ao esforço da ASA, que já contava em seus quadros com a participação do UNICEF, das agências de cooperação internacional, da Cáritas, da Pastoral da Criança, da CPT, da CONTAG.

1.2 JUSTIFICATIVA

No semi-árido brasileiro, a escassez de água para o consumo humano ainda é um drama social, principalmente, durante as secas. Nesses períodos, a necessidade diária de se buscar água para o consumo doméstico obriga, sobretudo as mulheres e crianças, a longas caminhadas. Dos 3,3 milhões de domicílios rurais do Nordeste, indicados pelo PNUD, é provável que mais de dois terços se encontrem nesta situação. Na maioria dos casos, sem outras alternativas, é utilizada água imprópria e por vezes contaminada para o consumo humano. Há ocasiões em que se esperam dias, e até semanas, pelo abastecimento do caminhão-pipa.

Pesquisa realizada em 1999 pela DIACONIA na região do Alto Pajeú-PE¹ demonstra que, durante todo o ano, as famílias despendem mais de 1 hora/dia na obtenção de água para seu consumo. O que sinaliza para uma média de, pelo menos, 30 horas/mês, ou quatro dias de trabalho/mês.

Segundo a EMBRAPA, na época da seca, uma família com cinco pessoas despende uma média mensal de três dias-homem para obter água. Registram-se, ainda, perdas de cinco semanas por ano de trabalho, em decorrência de diarreias contraídas pelo consumo de águas contaminadas.

O Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF, a partir de dados do Ministério da Saúde, alerta para o fato de que, a cada quatro crianças que morrem na região, uma deixa a vida acometida por diarreia, conseqüência indesejável do consumo de água imprópria.

Os custos diretos ou indiretos desta situação, financeiros e sociais, são imensos e se repetem com uma freqüência inaceitável, principalmente, quando se considera que, segundo a Constituição Federal, a saúde é dever do Estado e direito de todos.

Por outro lado, o trabalho de diversas organizações da sociedade civil vêm mostrando, na prática, que é possível mudar esse quadro. Já existem centenas de experiências bem-sucedidas de captação e armazenamento de água de chuva, por meio de cisternas rurais, integradas a um processo educativo para um bom gerenciamento no uso da água. Os impactos desses trabalhos, vivenciados na última grande seca (1998/1999) foram, indiscutivelmente, marcantes, no que diz respeito ao acesso à água de qualidade para o consumo humano e, conseqüentemente, à melhoria da saúde das famílias, principalmente, das crianças.

Este tipo de atividade tem sido implementada e fartamente testada nos últimos 20 anos. Avaliações independentes recentemente conduzidas por consultores contratados pelo Banco Mundial confirmaram a excelência e eficácia da iniciativa; de todos os sistemas de abastecimento de água examinados, o de cisternas foi o único a receber 100% de aprovação de seus usuários.

O Programa já iniciou sua atividade em bases experimentais com um pequeno financiamento da ANA (Convênio 0019/2001). O excelente desempenho do Programa também pode ser constatado pelos relatórios já elaborados por técnicos da ANA em recentes vistorias e pelas auditorias já realizadas durante a execução deste convênio para o atendimento a 12.400 famílias.

Pesquisa informal realizada pelo MOC-BA, constatou que, após o consumo da água da cisterna pela família, os casos que apresentavam um ano antes (conforme exames realizados) contaminação, principalmente por coliformes fecais, e após

¹ DIACONIA. Diagnóstico da Situação Hídrica de 22 Comunidades do Sertão do Pajeú. Recife, Diaconia, 1999.

tratamento, nenhum deles apresentavam qualquer indicio de contaminação, de acordo com exames realizados um ano após a intervenção.

Outro indicativo da importância das cisternas rurais no fornecimento de água para o consumo humano pode ser observado na pesquisa realizada pela DIACONIA. Revelou-se que os gastos com água de beber, cozinhar e fazer higiene bucal (consumo humano) são, em média, da ordem de 8,9 litros/pessoa/dia, ou 16.000 litros/família/ano. Tomou-se como referência o ano de 1999, que foi de seca severa na região do Pajeú, e ainda o município onde menos choveu nessa região – Iguaracy, com 344,6mm. A partir dessa pluviometria, multiplicando-se pelo potencial médio de captação de água da chuva dos telhados residenciais das famílias da referida pesquisa (78m²), subtraindo-se 10% de perdas, pode-se concluir que seria possível uma captação mínima de 24.000 litros de água por residência.

Grupos de m2 de Telhados	Área Média	Estimativa do volume de água captado durante a seca segundo vários indicadores de pluviosidade			
		220mm (em 30% da área)	358 mm (em 40% da área)	461 mm (em 20% da área)	604 mm (em 10% da área)
Até 40	29	4,78	7,78	10,00	13,13
40,1 a 50	47	7,75	12,62	16,25	21,29
50,1 a 60	54	8,91	14,50	18,67	24,46
60,1 a 70	67	11,05	17,99	23,16	30,35
70,1 a 80	75	12,37	20,14	25,93	33,97
80,1 e mais	106	17,49	28,46	36,65	48,02
Média	84	13,86	22,55	29,04	38,05

Fonte: Diagnóstico da Situação Hídrica de 22 Comunidades do Sertão do Pajeú. Recife, Diaconia, 1999.

O argumento central que justifica a implementação de um Programa da natureza deste que estamos apresentando é, justamente, o aproveitamento máximo dos recursos hídricos numa região onde a água é ponto de estrangulamento ao bem-estar humano. Logicamente, esse aproveitamento só será possível mediante ações concretas de educação, capazes de dar aos atores regionais uma nova visão a respeito do ambiente em que vivem. Por isso, essa proposta busca, primordialmente, o estabelecimento de uma nova organização social no semi-árido, onde as políticas públicas sejam efetivamente voltadas a soluções definitivas, fortalecendo e afirmando a região como viável do ponto de vista sócio-econômico. Em outras palavras, é fundamental uma (re)educação capaz de levar o sertanejo a uma nova relação/interação com o ambiente. Várias são as experiências que, partindo de soluções simples e não raro cotidianas, podem melhorar a vida do povo do sertão.

Mesmo em anos de seca, em condições normais, chove em média 250mm no semi-árido, o que é água suficiente para, se devidamente armazenada, abastecer as famílias nos períodos críticos de seca. Ante o fenômeno da seca, é preciso fortalecer a população local para uma relação de convivência e não de combate.

A proposta que ora apresentamos é a ampliação das experiências das organizações sociais. Durante anos, elas vêm trabalhando junto às comunidades locais do semi-árido na busca de soluções para o convívio salutar Ser Humano-Natureza. A captação e o armazenamento da água da chuva têm se mostrado uma experiência bastante promissora, não apenas pelo estoque d'água para os períodos críticos de seca, mas, principalmente, por permitir e facilitar a introdução de um processo efetivo e permanente de organização e mobilização social e de formação para a gestão de recursos hídricos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando a preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semi-árido.

1.3.2 Específicos

- ★ Mobilizar a sociedade civil para implementação do programa;
- ★ Criar mecanismos que promovam a participação de todos os atores envolvidos na gestão do projeto e no controle social;
- ★ Propiciar o acesso descentralizado à água para consumo humano a pelo menos 10.000 famílias – aproximadamente, 50.000 pessoas;
- ★ Melhorar a qualidade de vida de 50.000 pessoas da região semi-árida, especialmente, crianças, mulheres e idosos;
- ★ Fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do Programa, visando garantir as condições necessárias ao desempenho eficaz e eficiente do **P1MC**;
- ★ Implementar um processo de formação que considere a educação para a convivência com o semi-árido e a participação nas políticas públicas;
- ★ Difundir no conjunto da sociedade brasileira uma correta compreensão do semi-árido brasileiro.

1.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES

A prioridade do Programa é a família rural. Para tanto, o Programa nortear-se-á pelos seguintes princípios:

★ **Gestão Compartilhada**

O programa é concebido, executado e gerido pela sociedade civil organizada na **ASA**.

★ **Parceria**

A **ASA** buscará parcerias para a execução do programa (governo, empresas, ONGs, etc.), a partir de critérios pré-estabelecidos.

★ **Descentralização e Participação**

O programa será executado através de uma articulação em rede, segundo os princípios de descentralização e participação.

★ **Mobilização Social**

A natureza do Programa é de mobilização social e fortalecimento institucional para a convivência com o semi-árido brasileiro.

★ **Educação-Cidadã**

O Programa busca a educação-cidadã que situa criticamente a realidade histórico-cultural, visando a convivência com o semi-árido brasileiro.

★ **Direito social**

Afirmar os direitos da população de acesso e gestão dos recursos hídricos.

★ **Desenvolvimento Sustentável**

Afirmar a viabilidade do Semi-árido, desmistificando a fatalidade da seca.

★ **Fortalecimento Social**

O Programa deve ser uma ferramenta de fortalecimento e consolidação dos Movimentos Sociais.

★ **Emancipação**

O Programa busca a construção de uma nova cultura política, rompendo com a dominação secular das elites sobre o povo, a partir do controle da água.

II – ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO P1MC

2.1 O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

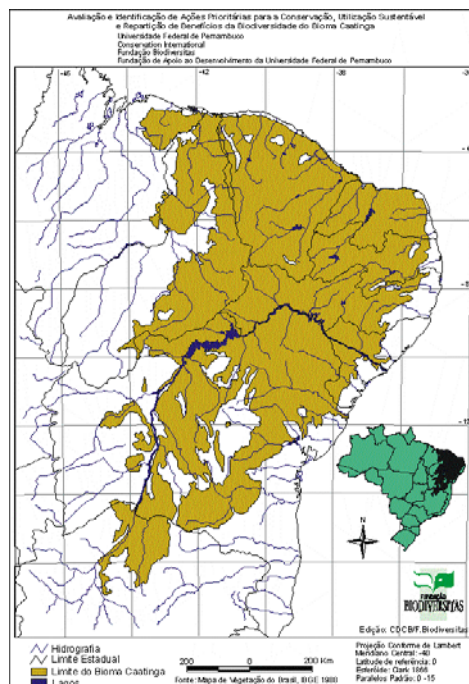
Localização e Área de atuação

A Região Nordeste ocupa a posição norte-oriental do país, entre 1° e 18°30' de latitude Sul e 34°30' e 40°20' de longitude Oeste de Greenwich. Sua área é de 1.219.021,50 Km² e equivale a, aproximadamente, um quinto de superfície total do Brasil, abrangendo nove Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.



O Semi-Árido Brasileiro se estende por uma área que abrange todos os estados da Região Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 Km².

Nesse sentido, a AP1MC considera, para efeito deste Acordo, os 11 estados à ela filiados, quais sejam os nove do Nordeste mais MG e ES. No que se refere aos municípios, dentro dos princípios e critérios do P1MC, serão considerados como elegíveis para a presente ação os, cerca de, 1300 municípios do semi-árido brasileiro, devendo incluir em tais critérios a inserção no Programa Fome Zero e outros conforme deliberação da diretoria da AP1MC.



III – COMPONENTES DO PROGRAMA

De acordo com a concepção do **P1MC**, o objetivo implícito do Programa é criar uma nova visão a respeito do embate secular entre a população sertaneja e seu meio ambiente, mediado pelas políticas públicas assistencialistas voltadas para combater as secas do Nordeste.

A proposta é, antes de tudo, uma busca de estabelecer outra visão sobre as possibilidades de convivência entre o povo do semi-árido e seu *habitat*. Não mais se estimula o embate Ser Humano X Natureza, mas sim, a relação sustentável do sertanejo com o seu ambiente, por meio da mudança de enfoque das políticas de desenvolvimento: as “políticas públicas de combate às secas” sendo substituídas por políticas de “convivência com o semi-árido”.

Dentro deste conceito, a meta base de atender, por este Acordo, 10.000 famílias no meio rural do semi-árido, num horizonte temporal de seis meses, está vinculada a uma proposta de mobilização social e capacitação das famílias e dos diferentes atores envolvidos para esse novo paradigma de convivência.

Vale salientar que a distribuição das metas foi pensada de acordo com o crescimento da capacidade operativa das entidades participantes, cuja lógica prevê a implementação neste acordo de 20 Unidades Gestoras (UGs), distribuídas por microrregiões nos estados de atuação da **ASA**, no sentido de serem animadores, dar suporte técnico e operacional, garantindo a eficiência e eficácia do **P1MC**. No sentido de adequar a realidade do meio rural, e respeitando-se os instrumentos de gestão descentralizados, a escolha respeitará critérios previamente acordados, inviabilizando ingerências de qualquer ordem.

Pressupostos dos componentes do Programa:

- ★ Fortalecimento da auto-estima da população do semi-árido, situando-a criticamente no contexto histórico, cultural e político;
- ★ Oportunizar a socialização das experiências e conhecimentos entre as entidades;
- ★ Fortalecimento da Cidadania pela prática do exercício da co-responsabilidade;
- ★ Metodologia participativa e democrática;
- ★ Criar mecanismo de operacionalização do Programa num processo “aprender-fazendo”, de acordo com a realidade local, considerando as várias dimensões dos atores locais;
- ★ Garantir o envolvimento das famílias na execução e manutenção das ações do Programa.

O Programa será composto de seis componentes, descritos a seguir:

- | | |
|-----------------------------|---|
| 3.1 Mobilização; | 3.4 Comunicação; |
| 3.2 Controle Social; | 3.5 Fortalecimento Institucional da Sociedade Civil; |
| 3.3 Capacitação; | 3.6 Construção de Cisternas. |

3.1 MOBILIZAÇÃO

Para que o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido – **P1MC** – atinja seus objetivos é necessário criar uma espiral de mobilização progressiva em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Mas o que é mobilização social?

Mobilização não é simplesmente manifestação pública. Mobilizar significa convocar e unir vontades para atuarem em busca de um objetivo comum.

Participar de um processo de mobilização social é um ato de escolha, de liberdade. Sente-se convocado e participa aquele que comunga com os objetivos da mobilização.

É necessária uma boa dose de paixão que contamine a vida, o cotidiano das pessoas em torno da causa mobilizadora.

É necessário um propósito, um objetivo bem definido e compreensível que gere uma convicção coletiva do que convém a todos.

Mobilizar, pois,	é convocar vontades	- escolha;
	é convocar sentimentos	- paixão;
	é convocar razões	- convicção,

em torno da concretização em ações do objetivo comum do **P1MC**.

O que queremos com a mobilização em torno do **P1MC** é criar um projeto de futuro para as populações do semi-árido brasileiro e não simplesmente um evento ou uma campanha passageira. Para se criar um projeto de futuro é necessário uma dedicação contínua de quem está mobilizado, um esforço de se produzir quotidianamente resultados positivos e se ter a capacidade de compartilhar os resultados, as informações, os discursos, as ações, os fundamentos da mobilização. É imprescindível que quem atua na mobilização numa organização comunitária lá no Ceará, com sua característica própria, se sinta unido à organização não-governamental que está atuando lá no norte de Minas Gerais. Isso dá estabilidade ao processo de mobilização.

3.1.1. O Contexto da Mobilização

O **P1MC** é um programa para o semi-árido brasileiro. Essa realidade deve permear todas as decisões, todas as justificativas e todas as ações de mobilização. Mobilizar famílias sertanejas não é a mesma coisa que mobilizar famílias do sudeste. As características físicas, ambientais, educacionais, sócio-econômicas, políticas e religiosas são diversas. O mesmo pode-se dizer das organizações da sociedade civil e das forças políticas. Os caminhos para convocar vontades, sentimentos e razões dentro do contexto do semi-árido brasileiro vão trilhar as veredas e picadas próprias do sertão.

Mas a mobilização do **P1MC** não é somente da população do semi-árido e das suas organizações. Quer ir muito além. Quer convocar toda a sociedade brasileira em torno de um projeto de futuro para o povo do semi-árido. Queremos que a sociedade brasileira seja partícipe neste fazer o futuro com esta população. Os caminhos para a mobilização de todo o povo brasileiro deverão trilhar outras veredas e picadas.

É fundamental não esquecer o contexto do objetivo da mobilização: população do semi-árido seja pela própria população, seja pelos demais brasileiros que sentirem e assumirem a paixão pelo **P1MC**.

3.1.2 Mobilização e Cidadania

A convocação e a aceitação livre de fazer parte deste gigantesco esforço, com a convicção do benefício comum para toda a população e a paixão que contamina e se alastra em todas as direções, buscando objetivar o Programa, a mobilização é um poderoso instrumento de construção da cidadania.

O nosso horizonte ético, como povo brasileiro, está expresso no 1º artigo da constituição. Ali está consagrada a nossa escolha pela soberania, pela cidadania, pela dignidade humana, enfim, por uma vida digna para cada cidadão brasileiro:

“Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” – Constituição Federal de 1988.

Se este horizonte ético ainda não foi alcançado por todos os habitantes deste planeta Brasil, todos temos responsabilidade nisso. Não aceitar esta responsabilidade é desobrigar-nos da tarefa de transformar a realidade perversa que impede a uma significativa parcela da população a ter acesso até ao mais fundamental elemento de manutenção da vida: a água. Não nos sentirmos responsáveis por isso é assinar o nosso atestado de incapacidade, fatalismo e subserviência.

No Brasil ainda se confunde cidadão com votante. Voto é um direito do cidadão, mas não o define como tal. Cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social.

Mobilizar no **P1MC** é tornar cada um e todos que estão mergulhados neste esforço em cidadãos capazes de tomarem decisões, de criarem soluções e de transformarem a realidade para melhor.

3.1.3 Espiral de Mobilização

No **P1MC** temos vários e diferentes atores que participam da mobilização, cada um deve participar com suas especificidades, com sua forma de atuação, mas todos com o mesmo propósito.

1º – As famílias que moram no semi-árido e que serão as beneficiárias do Programa. É a base de toda a mobilização. Convocar estas famílias a participarem ativamente do Programa requer um esforço nada pequeno das organizações da **ASA**, uma metodologia de trabalho adequada, um poder de sedução que só quem está “apaixonado” pelo programa é capaz de ter. Uma vez que a família é mobilizada, ela mesma será agente de mobilização para outras famílias.

2º - As comunidades rurais, formadas por estas famílias. Não como entidades autônomas, mas como o conjunto organizado das famílias ali residentes. A mobilização das comunidades leva necessariamente à organização, ao fortalecimento do sentido coletivo e solidário, à busca de novas soluções na construção do projeto de futuro.

3º – As organizações de base comunitária. As comunidades, onde já há uma organização comunitária formal ou informal, são convocadas a se mobilizarem como executoras do Programa na sua área de atuação e a formarem, com outras organizações, as comissões municipais, por onde passam as decisões do Programa no município.

4º Organizações com base municipal. Sindicatos, Igrejas, Movimentos, Pastorais, Clubes de Serviço, Entidades de Classe, que possuem uma atuação num território maior, municipal, formam, com as organizações comunitárias, os conselhos municipais e são as executoras do programa, zelando para que os critérios sejam respeitados e as escolhas de comunidades e famílias obedeçam aos princípios estabelecidos pelo programa. São elas que vão manter acesa a chama da paixão e que vão mobilizar os governos municipais.

A mobilização nos municípios é o primeiro elo da espiral de mobilização. É a base de tudo, partindo da família localizada, de sua comunidade, de sua organização e das organizações que atuam no território delimitado do município. É uma mobilização com um espaço delimitado, mas que, com o compartilhamento de informações, vai influenciar outros espaços e dar estabilidade a todo processo.

5º – Organizações com bases microrregionais ou estaduais. São Ongs, Centrais, Fóruns, Articulações, Dioceses, Federações, Clubes de Serviços, Cooperativas.... que, mobilizadas em torno do Programa, são gestoras, buscam recursos, são responsáveis pela formação, pelo acompanhamento e execução do mesmo. O conjunto dessas organizações, microrregionais e estaduais, tomam as decisões pertinentes nas microrregiões e nos estados para garantir o princípio de descentralização do programa.

Devem ser convocadas para a mobilização todas as organizações que aceitam os princípios da **ASA**. Desta forma, estaremos garantindo a continuidade e a estabilidade do processo.

É imprescindível a articulação dessas organizações com as organizações de base comunitária e municipal.

6º – Organizações nacionais e internacionais. Tornar o Programa conhecido e aceito nacional e internacionalmente, através da mobilização de Entidades Nacionais e Internacionais e que essas entidades coloquem no seu fazer cotidiano o **P1MC**, ampliando a espiral de forma que o semi-árido se torne preocupação constante e objeto de atenção permanente destas entidades, incrementando a construção de um projeto de futuro para a população.

7º – Governos municipais, estaduais, federal, agências de governo, agências financeiras. Mobilizar este segmento não significa barganhar princípios, mas sim, convocá-los para que coloquem nas suas agendas e pautas o **P1MC**, não como política de compensação e eleitoral, mas como possibilidade real de solucionar um problema crônico: a falta de água para o consumo humano, fantasma que assombra o povo do semi-árido e mais ainda, como iniciativa pioneira capaz de desencadear outros processos de larga escala, como este, que visem garantir desenvolvimento sustentável

para os milhões de sertanejos e sertanejas até hoje objetos de políticas compensatórias.

8º - Industrias, Empresas. Chamar o empresariado brasileiro a participar do esforço de construção de um programa que irá beneficiá-lo, já que nos municípios, nas cidades, estará circulando um volume maior de recursos, o que gera também uma circulação maior de mercadorias.

No processo de informação que a mobilização pressupõe, é necessário ter a clareza, em todos os níveis, que o programa é da Sociedade Civil organizada na **ASA**.

O processo de mobilização social do **P1MC** deve chegar a todo o povo brasileiro que é sensível à problemática sertaneja e com a clareza de que este é um programa que chega efetivamente à casa do cidadão. A cisterna está lá, na beira da casa. E deve estar cheia de conhecimento e água.

3.1.4 Imaginário do P1MC

Por fim, o processo de mobilização precisa criar um imaginário que expresse o propósito, o objetivo do programa. Esse imaginário deverá estar presente quotidianamente no fazer de cada um.

O objetivo do programa deve ser expresso de forma atrativa, um imaginário convocante que toque não só a razão, mas seja capaz de despertar paixão, pois, como diz José Bernardo Toro, “a razão controla, a paixão move”.

O imaginário expressa o programa em forma de horizonte atrativo, anuncia um futuro diferente, é critério para orientar e avaliar os esforços e decisões que se tomam para transformá-lo em realidade. Imaginário não é simplesmente um slogan de campanha. É uma referência concreta do que precisa ser feito no presente.

De todo este processo decorrem os critérios de prioridade de atendimento dos beneficiários que são, em última instância, resultado do consenso das diversas reuniões da **ASA** durante a elaboração do **P1MC**.

3.1.5 Critérios de Prioridade de Atendimento do P1MC

- Comunidades

- ★ Identificação primária das localidades, em referência aos dados secundários existentes, a partir de fontes como IDH, Data SUS, IBGE, etc.;
- ★ Crianças e adolescentes em situação de risco, mortalidade infantil, etc.

- Famílias

- ★ Mulheres chefes de família;
- ★ Número de crianças de zero a seis anos;
- ★ Crianças e adolescentes na escola;
- ★ Adultos com idade igual ou superior a 65 anos;
- ★ Deficientes físicos e mentais.

A análise dos critérios para definição das famílias selecionadas dar-se-á considerando:

- ★ As famílias que preencherem o maior número de critérios, em relação ao total de cisternas disponíveis para cada comunidade.
- ★ Em caso de empate a definição dar-se-á através do preenchimento dos critérios na ordem que se apresentam. Persistindo o empate, a escolha poderá ser por sorteio ou outro critério acordado pela comunidade.

Será realizada uma reunião na comunidade para:

- ★ Apresentação dos critérios e resultados da seleção.
- ★ Elaboração do cronograma de construção das cisternas em referência à capacitação de pedreiros.
- ★ Introdução da necessidade de capacitação em gestão de recursos hídricos, com definição de data para realização desse curso.
- ★ Apresentação da proposta de construção solidária de cisternas, para garantia da total implementação do programa.

3.2 CONTROLE SOCIAL

O Controle Social no **P1MC** traduz-se na compreensão de que políticas sustentáveis não podem prescindir do protagonismo dos seus destinatários. Para o **P1MC**, o controle social vai além das reuniões de capacitação e mobilização previstas.

Entretanto, criar condições necessárias para que o conjunto de atores sociais, nesse caso 5 milhões de pessoas que se fazem representar através de mais de 700 instituições da sociedade civil organizada, sejam co-responsáveis pela iniciativa e que isso rebata num chamamento à responsabilidade no sentido de um pensar permanente sobre novas formas, procedimentos ou inovações, capazes de agregar mais valor às deliberações em curso, isto tanto sobre o ponto da vista da Engenharia de Processos como das dinâmicas sociais.

Assim, todo o fundamento científico que retrata as opções técnicas preconizadas pelo **P1MC** são traduzidas, quando necessário, em linguagem acessível e compreensível, de forma que os processos de consultas e deliberações ocorram de forma orientada e segura, ou seja, o "tecnês" é traduzido para o português coloquial. Para tanto, tem-se toda uma estrutura de comunicação para mobilização social, também protagonizada pelas instituições que compõem a **ASA**, que se utiliza de instrumentos com eficácia comprovada. Assim, a massificação da informação para o fortalecimento da organização social e a democratização local são elementos fundamentais do modelo de gestão proposto pelo **P1MC**.

Essa nova cultura de política de participação é a que se desenha como necessária para a resolução de questões como os problemas ambientais e sociais vividos pelas comunidades. A nova cultura supõe a expressão criativa dos atores sociais, para que se perceba com realismo os problemas e se possam ampliar sua inserção nos processos de construção de políticas públicas, bem como gestão, fiscalização e acompanhamento dessas políticas.

Entende-se por políticas públicas a "aplicação do conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos Conflitos quanto a bens públicos" (RUA, 1998).

A melhoria continuada dos serviços é função da qualidade da participação alcançada. A construção de políticas públicas, sendo um processo de negociação de interesses de uma coletividade, exige a superação dos métodos de consultas tecnocráticas tradicionais que funcionam como aparências de participação e enfraquecem o exercício do poder popular, devendo ser entendido como capacidade de agir e produzir comportamentos específicos em questões que de fato interessem à comunidade.

A construção de políticas públicas no Brasil está inscrita num contexto de luta pela democratização, que se consubstanciam na busca da universalização dos direitos sociais básicos e do direito à participação na definição das políticas e no exercício do controle social. Essa concepção reedita-se em diferentes esferas, porém mais sistematicamente nas áreas de Saúde, Educação, Infância e Adolescência, Meio Ambiente e Orçamento Participativo. Fato que as conferências e a criação de conselhos se consolidaram, na história recente do país, como instrumentos privilegiados para concretizar a participação.

As reuniões estaduais, em geral, serão um mecanismo adicional. O real controle social se dará a nível local. As primeiras instâncias desse controle serão os conselhos municipais de desenvolvimento – ou os conselhos setoriais como saúde, bacias hidrográficas, crianças e adolescentes, assistência social, etc. Estes conselhos, que

estarão participando do processo de planejamento local e, posteriormente, exercendo seus mandatos, encarregar-se-ão do acompanhamento do Programa.

É de se esperar, também, dada a natureza do **P1MC** – onde as entidades da sociedade civil são executoras e controladoras do Programa – que autoridades públicas municipais (prefeitos, vereadores, juízes, promotores, etc.) e estaduais (órgãos, deputados, etc.) exercerão um acompanhamento permanente das ações do Programa, assim como das atividades das entidades envolvidas em sua execução.

3.2.1 Reuniões Microrregionais

Reuniões que acontecerão em estágio preparatório às reuniões estaduais, com o objetivo de permitir uma melhor inserção dos parceiros de cada microrregião, no sentido de se manifestarem e atuarem a nível local de maneira concreta e eficiente dentro do **P1MC**. Nestes encontros serão definidos os delegados para participarem das reuniões estaduais.

Foram programados dois encontros microrregionais por ano, para cada Unidade Gestora instalada no semi-árido.

3.2.2 Reuniões Estaduais

Encontros das ASAs Estaduais. Seu papel no **P1MC** é o de revisar os avanços obtidos no decorrer do processo, tendo os relatórios de acompanhamento como base, além de discutir e aprovar a programação a nível estadual para o ano seguinte. Este Encontro deve ser o coroamento de reuniões anteriores, acontecidas nas microrregiões, para o planejamento específico de cada localidade.

Uma equipe técnica (*ad-hoc*) da ASA Estadual faz a integração dos planos microrregionais (ajustes, correções, adições) e propõe o Encontro Estadual.

Um mecanismo semelhante será usado para o nível Regional, em relação ao conjunto dos estados. A diferença é que existirá uma Unidade Gestora do Programa que realizará a integração das propostas estaduais.

3.2.3 Reunião Regional

Encontro das delegações dos onze estados aonde estarão sendo implementadas as ações do P1MC. Seu papel no **P1MC** é o de consolidar e revisar os avanços obtidos no decorrer do processo, além de discutir, aprovar e aprimorar as programações que vieram dos estados para o ano seguinte. Este Encontro será o coroamento de todas as reuniões anteriores, ou seja, acontecidas nas microrregiões e nos estados para o planejamento específico de cada localidade.

Portanto, a partir dos princípios acima expostos, pode-se afirmar que o Controle Social dar-se-á pela conjugação de esforços dos diversos atores sociais em seus diversos níveis na busca por soluções, bem como pela ratificação de mecanismos que possibilitem a transformação desse modelo em formas sustentáveis de vida em sociedade.

3.3 CAPACITAÇÃO

Conceituar um processo formativo supõe precisar, antecipadamente, alguns referenciais que embasem este mesmo processo. É o que se busca realizar aqui, em referência ao **P1MC**.

Deste modo, quando neste Programa, refere-se à dimensão formativa, quer de pedreiros, quer da própria comunidade, quer das comissões, quer de técnicos ou agentes, sempre estará balizada naquilo que, a seguir, se explicita.

O intuito é discorrer, em primeiro lugar, a própria concepção de formação como um ato educativo; em segundo lugar, explicitar aspectos do entendimento de convivência com o semi-árido, assim como algumas dimensões transversais importantes de serem contempladas.

3.3.1 Concepções Básicas de Fundamentação do Processo Formativo da ASA

3.3.1.1 A Compreensão de Formação e de Metodologia

O **P1MC** tem que entender-se provisório e ter clareza da transitoriedade de sua ação. Por conseguinte, sua ação básica deve ser aquela de incentivar a criação e/ou apoiar o surgimento dos grupos de base que explicitem e sejam instrumento da organização das pessoas, apostando na sua formação (ação geradora de capital social) para que estes grupos, por sua vez, efetuem, na realidade, as transformações necessárias à construção do desenvolvimento. Neste Programa, ao falarmos de grupo, nos referimos às Unidades Gestoras, às Comissões Regionais e Municipais, às Unidades Executoras, às Comissões Comunitárias.

A filosofia básica da ação formadora será, por conseguinte, aquela de gerar capacidades instaladas, sob todos os pontos-de-vista, para que estes grupos, pouco a pouco, assumam sua história e nela processem as transformações necessárias no rumo da justiça.

Para isso, no entanto, deve a ação formadora assumir determinadas características políticas e metodológicas que passamos a detalhar:

- a) **ser processual** – na medida do possível, as mesmas pessoas que iniciaram uma caminhada, devem segui-la até o final. Os dias de estudo e encontros devem seguir-se numa linha processual e crescente. Não se deve, por conseguinte, dar espaços a eventos isolados, ao curso pelo curso, a acontecimentos soltos e sem interconexão com objetivos e estratégias. Nesta linha de formação, as pessoas crescem, aprendem, se modificam e modificam a realidade. No **P1MC**, as atividades financiadas pelo próprio projeto são poucas em relação a isso. Contudo, o fato de que o Programa é gerenciado e executado por entidades já de educação popular, com constante contato com a base, garante esta dimensão.
- b) **centrar-se na avaliação e projeção da prática** – o processo formativo não se identifica com simples veiculação de conteúdos e nem com erudição. O processo formativo deve criar, para os formandos, ocasião de analisar suas práticas e a

própria realidade, de sorte a gerar um conhecimento suficiente para se traduzir (o conhecimento) em intervenção na própria realidade.

No caso do **P1MC** é avaliada a prática de gerenciamento da água, de convivência com o semi-árido, de prevenção e tratamento de doenças transmissíveis pela água etc., no rumo de se aprofundar algumas delas, introduzir novas e redimensionar aquelas não adequadas.

- c) **Conteúdo orientado** - o conteúdo novo, indispensável, será basicamente oriundo do debate, da ação, da análise da prática. A esse, no entanto, devem somar-se outros conteúdos, já gerados na prática e na história das comunidades, como modo de aprofundar e ampliar o conhecimento produzido e, assim, a ação dos grupos. Alguns desses conteúdos estão elencados na parte em que se delineiam os aspectos específicos da formação, em termos de temas. Deste modo, o conteúdo disponibilizado nunca o deverá ser no estilo acadêmico de erudição.
- d) **Crítica, questionadora, propositiva, produtora de novos conhecimentos** - assumida nas dimensões acima elucidadas, a formação, certamente, terá contornos críticos e questionadores. Efetivamente, será sempre avaliadora da prática e da história não apenas dos próprios grupos, como da própria sociedade. Tal formação será, igualmente, crítica dessas mesmas práticas, confrontando-as com referenciais outros de sociedade, com outras propostas, com suas próprias incoerências e inconsistências, de modo a se poder gerar novos conhecimentos e, a partir deles, novas posturas ante a realidade social.
- e) **Considere os formandos como sujeitos** – assumir os formandos como sujeitos da história e construtores do conhecimento, coletivamente, e não simplesmente como depositários inertes de informações e conteúdos.

A seguir alguns princípios básicos e orientadores do que se entende por ação formadora; deles, concomitantemente, decorrem alguns elementos metodológicos:

- **A Metodologia** traz consigo toda uma conotação política e filosófica e, por conseguinte, se diferencia de técnicas, quaisquer que sejam elas. Técnicas são técnicas e todas elas podem estar a serviço de qualquer projeto político. A metodologia traz consigo a intencionalidade da ação, seu sentido, sua razão de ser, seu endereço. Para sua concretização, utiliza-se de técnicas. Alguns elementos desta metodologia seriam:
 - ★ A busca constante da construção coletiva do conhecimento, acreditando que todas as pessoas, quer sejam elas letradas ou não, são capazes e são produtoras de conhecimento;
 - ★ A construção do conhecimento de forma participativa, partindo da realidade das pessoas, levando em consideração, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento já existente;
 - ★ Levando em consideração que todos somos aprendizes e professores: técnicos e comunitários;
 - ★ Exercitar a arte de saber falar e de saber escutar;
 - ★ Diferenciar espontaneísmo e não interferência, de manipulação;
 - ★ Vincular teoria e prática;
 - ★ Praticar uma paciência impaciente.

Finalizando este ponto, dir-se-ia, utilizando as palavras do Prof. Pedrinho Guareschi, em seu livro “Sociologia Crítica”, que a ação de formação é uma ação educativa.

E o que se entende por educação?

“Por educação nós vamos designar o processo ligado à etimologia da palavra. Educação é uma palavra que vem do latim, de duas outras palavras **e** ou **ex**, que significa **de dentro de... para fora**; e a outra palavra é **ducere**, que significa **tirar, levar**. Educação significa, pois, tirar de dentro de uma pessoa, ou levar para fora de uma pessoa, alguma coisa que já está dentro, presente na pessoa. A educação supõe, pois, que a pessoa não é uma “tabula rasa”, mas possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo”² (Guareschi, P.).

O mesmo autor, ao comentar o método educativo de Sócrates, assim se expressa: “Sócrates dizia que o professor é igual a um parteiro. O parteiro tira o humano do humano. Assim, deve ser o educador: aquele que tira de dentro das pessoas o que existe de humano dentro dessas pessoas. A esse processo Sócrates chamou de Maiêutica. **Seu método consistia não em dar respostas que os outros devessem aceitar e repetir, mas em fazer perguntas , obrigando a pessoa a pensar até que ela mesma se desse conta de suas contradições e compreendesse a totalidade do fenômeno”**.

3.3.1.2 Compreensão de Convivência com o Semi-Árido

A **ASA** tem como objetivo principal promover a convivência com o semi-árido, através de todas as atividades que desenvolver: terra, reforma agrária, crédito, assistência técnica, busca e gerenciamento de água, combate a desertificação, conservação do bioma caatinga, educação formal adaptada ao semi-árido e outras.

Deste modo, a **ASA** não se restringe ao **P1MC**, sendo este, apenas, uma das suas ações.

Assim, ao se discutir um processo de capacitação no **P1MC**, o seu conteúdo básico não pode se restringir à água, sua captação e gerenciamento, mas a toda a dimensão de convivência com o semi-árido, tornando-o um lugar digno de vida para todas as pessoas.

3.3.1.3 Dimensões Transversais

Qualquer perspectiva de formação não se pode olvidar de dimensões hoje denominadas de transversais. Quando afirmamos ser estas algumas dimensões transversais queremos, com isso, dizer que estes não são temas a ser tratados como se fossem um tema específico. Antes, são dimensões que devem informar a totalidade das ações de formação, gerando interferências nestes âmbitos.

² GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia Crítica: Alternativas de Mudança*. Ed. EDIPUCRS, 1999. p. 100.

Tais dimensões dizem respeito mais diretamente aos grupos que sofrem discriminações mais exacerbadas pelo tipo de desenvolvimento que, hoje, se constrói, que são aquelas de gênero, etnia e geração. Por esta razão, devem ser objeto especial de atenção, na linha de inclusão.

Ao lado disso, uma questão específica se impõe, em qualquer trabalho formativo que objetive incentivar a cidadania, a transformação da sociedade no rumo de um desenvolvimento sustentável, isto é, **as políticas públicas**. De fato, se não se interfere em políticas públicas, o trabalho pode ser bonito, interessante, exemplar, mas permanece isolado e sem perspectivas de se ampliar e atingir a sociedade no seu todo.

3.3.1.4 Eixos Específicos da Formação

As diversas experiências de implantação de cisternas desenvolvidas, nos últimos 10 anos, por ONGs e OSCs atuantes no semi-árido brasileiro, têm comprovado que o sucesso da cisterna depende, fundamentalmente, do processo educativo que acompanha o projeto de implantação. A ausência desse processo tem sido apontada como o responsável pelo fracasso quase generalizado daquelas experiências, especialmente desenvolvidas por setores governamentais, via contratação de empreiteiras que consideraram a cisterna, simplesmente, como uma solução hidráulica para o problema da água para o consumo humano.

As experiências bem-sucedidas das ONGs têm tido como base a participação das comunidades no processo de seleção das famílias participantes e de construção de suas próprias cisternas. Isto aliado a uma forte sensibilização e capacitação a respeito da importância da água da cisterna e sobre como gerenciar o seu armazenamento e uso ao longo do ano. Os projetos de implantação de cisternas desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil vêm servindo como uma referência importante para ampliar a discussão e a mobilização social sobre as dimensões cultural, ambiental, social, técnica e política da convivência com o semi-árido, especialmente, junto às organizações representativas de agricultura familiar da região semi-árida.

Diante desse contexto, a capacitação no **P1MC** será iniciada com o processo de discussão com as comunidades sobre os critérios de prioridade de atendimento dos participantes diretos e o planejamento operativo, através de suas associações, para a realização de eventos de capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos/Cidadania/Convivência com o Semi-Árido, Construção das Cisternas e Gestão Administrativo-Financeira da implantação das cisternas no nível das comunidades.

Colocadas estas explicitações delinea-se, a seguir, alguns dos temas específicos da proposta formativa, destacando que não se trata de uma grade curricular obrigatória, mas de guia para a ação de formadores, que atuarão na perspectiva de ir dialogando com os formandos, extraindo deles o que destas temáticas e práticas já está em seu conhecimento e práticas, e aprofundando e questionando outras dimensões. Via de regra o processo é bem mais rico que a temática aqui explicitada.

3.3.1.4.1 Capacitação das Equipes das Unidades Gestoras

A Unidade Gestora tem grandes desafios a enfrentar, destacando-se a administração de uma quantia significativa de recursos financeiros que serão repassados às organizações executoras locais para a realização de capacitações, construção de cisternas, facilitação e animação dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação participativa do programa e articulação de parcerias nos níveis municipais.

Dessa forma, além de ser necessária a seleção de uma equipe de um bom nível, experiente em projetos de desenvolvimento local e conhecedora da região, é imprescindível que essa equipe passe por um processo de capacitação que lhe permita uma leitura atualizada dos desafios do P1MC, a partir da inserção da Unidade Gestora na dinâmica local e regional do semi-árido. Esse processo deve suscitar uma visão estratégica de convivência com o semi-árido e a compreensão do papel da Unidade Gestora.

Na parte administrativa, a equipe, especialmente a pessoa responsável pela administração contábil-financeira, será capacitada para operar um sistema de gestão unificado em todo o P1MC e interligado à Unidade Gestora Central - AP1MC. Todo o grupo será capacitado para gerenciar recursos públicos, dentro da perspectiva colocada para todo o P1MC. Para isso, as equipes passarão por um curso de nivelamento, logo no início do programa, e terão a oportunidade de, periodicamente, reciclar-se e contribuir para a melhoria do sistema desenvolvido, melhorando os conhecimentos e trocando experiências entre si.

O treinamento em gestão de projetos voltados às organizações de base comunitárias objetiva fortalecer o seu entendimento a respeito dos processos que permeiam as diversas fases de um projeto - elaboração, negociação e execução -, de modo a facilitar a participação e o pleno envolvimento no P1MC. Considerando que as Unidades Gestoras ficarão com a responsabilidade de ministrar esse treinamento, serão necessários treinamentos específicos para cumprir tal responsabilidade.

Objetivos

- ★ Capacitar técnicos das Unidades Gestoras para operar um sistema de gestão unificado em todo o **P1MC** e interligado à Unidade Gestora Central - AP1MC;
- ★ Capacitar multiplicadores das Unidades Gestoras (animadores) em metodologia de capacitação na gestão de projetos voltados às organizações de base comunitárias.

3.3.1.4.2 Multiplicadores em Gerenciamento em Recursos Hídricos

Conforme mencionado nas estratégias e nos pressupostos metodológicos do programa, a capacitação das famílias é um componente de suma importância para o sucesso. Diversos motivos apontam para uma boa formação dos quadros técnicos que cuidarão, primordialmente, desse componente, dentre os quais destacam-se:

- ★ Não existem quadros técnicos suficientemente treinados e/ou em quantidade adequada para atender à demanda do processo de capacitação das famílias;

- ★ A metodologia e o conteúdo da capacitação precisam ser nivelados entre todos os técnicos designados pelas ONGs para esse processo, de modo a garantir um padrão de qualidade que permita uma ação de êxito do P1MC em todas as regiões de abrangência do programa.

Objetivos

- ★ Capacitar técnicos das Unidades Executoras em metodologias de capacitação para as famílias beneficiárias, sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semi-Árido;
- ★ Nivelar os conhecimentos sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semi-Árido;
- ★ Dispor de técnicos capacitados por área de atuação das Unidades Gestoras.

3.3.1.4.3 Capacitação em Gestão Administrativo-Financeira

Sendo as associações de comunidades rurais e os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais - STRs as organizações jurídicas de base que receberão recursos das Unidades Gestoras para a realização dos cursos de pedreiros e construção das cisternas nas comunidades selecionadas, estas organizações necessitarão de ser capacitadas na gestão participativa dos recursos do P1MC. A idéia é de que seja capacitado, pelo menos, 01 representante de cada associação e sindicato parceiro da Unidade Gestora na implantação das cisternas e realização dos cursos de pedreiros.

A proposta metodológica e o conteúdo dessa capacitação consideram fundamental trabalhar duas dimensões na formação dos grupos locais: a ética/transparência na gestão de recursos públicos e a eficiência administrativa-contábil na gestão de pequenos projetos públicos de base.

Objetivos

- ★ Contribuir no reforço da capacidade institucional das organizações locais em gerenciar o **P1MC** e futuros projetos de forma ética, participativa e eficiente;
- ★ Capacitar representantes das unidades executoras em gestão participativa dos recursos do **P1MC** ao nível das comunidades;

3.3.1.4.4 Capacitação dos Pedreiros-Instrutores

Os pedreiros-instrutores são os responsáveis pela capacitação de todos os pedreiros encarregados pela construção das cisternas nas comunidades. Daí a importância da consolidação de um bom quadro de pedreiros-instrutores em todas as microrregiões do semi-árido onde o P1MC se fará presente.

Essa capacitação trabalha na perspectiva de uma reciclagem e um nivelamento de pedreiros experientes na administração de cursos e, também, na formação de quadros de pedreiros-instrutores em regiões onde existem pedreiros que dominam,

apenas, a técnica da construção da cisterna, tendo ainda pouca habilidade na administração de cursos.

Nos dois casos - capacitação de pedreiros experientes e não experientes em administração de cursos - pretende-se abordar a dimensão técnica da construção da cisterna e a pedagógica/metodológica, além do conteúdo dos cursos para os pedreiros nas comunidades.

Em relação à dimensão técnica da cisterna, o curso será o momento de formatação de um referencial de procedimentos e técnicas principais de métodos a serem adotados em comum acordo pelos pedreiros-instrutores nos cursos de formação de novos pedreiros. Isso é importante para assegurar custos semelhantes e controle de padrão de qualidade na construção de cisternas, bem como para identificar e corrigir falhas nas técnicas adotadas.

Na questão da dimensão pedagógica-metodológica e de conteúdo do curso, a proposta é propiciar uma reflexão, a partir da experiência do próprio grupo, sobre a pedagogia adotada e os demais fatores do curso que facilitam ou atrapalham o aprendizado pelos pedreiros. Além disso, será recomendado e repassado o uso de materiais de apoio didático e técnicas de ensino que reforçam a compreensão dos conteúdos que se desejam trabalhar no curso.

Objetivos

- ★ Reciclar e nivelar pedreiros experientes na administração de cursos;
- ★ Formar novos quadros de pedreiros-instrutores em regiões onde existem pedreiros que dominam, apenas, a técnica da construção da cisterna, tendo ainda pouca habilidade em ministrar cursos.

3.3.1.4.5 Capacitação de pedreiros

Sabe-se que cada pedreiro tem a possibilidade de construir 27 cisternas por ano, considerando 09 meses/ano em função de intempéries, necessitar-se-á, no primeiro ano, de um quadro de 1.667 pedreiros para se conseguir cumprir a meta original de 45.000 cisternas.

Serão realizados cursos nas próprias comunidades por pedreiros-instrutores treinados através de parcerias entre ONGs executoras e Unidades Gestoras. Esses cursos serão realizados de forma bastante participativa e prática, onde os participantes (pedreiros experientes, pessoas interessadas em aprender a nova tecnologia) “aprendem a fazer fazendo”, já como parte do processo de implantação das cisternas. Cada curso capacita 10 pessoas no meio rural.

O curso deve também ter uma abordagem histórica sobre a cisterna, tal como uma introdução sobre a tecnologia da cisterna em questão (origem, características, o uso da água da cisterna, localização e determinação do volume a partir de cálculos da dimensão e da área de captação), bem como a importância de alguns componentes, normalmente tidos como acessórios: tampa, bomba manual e tela de proteção da entrada de água na calha, etc.

Objetivos

- ★ Formar pessoas da comunidade em técnicas de construção de cisternas de placas em formato cilíndrico;
- ★ Refletir sobre a importância da nova tecnologia na convivência com o semi-árido para as famílias das comunidades do meio rural no semi-árido brasileiro.

3.3.1.4.6 Capacitação de Famílias em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o semi-árido - GRH

Este processo de capacitação deve trabalhar o inter-relacionamento e a complementaridade de alguns temas, dando ênfase aos seguintes aspectos:

1 - Na capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, o foco está voltado para a importância da cisterna no abastecimento de água potável e o seu manejo, dando visibilidade à cisterna como uma alternativa viável, aprovada por diversas experiências concretas de famílias do semi-árido no abastecimento de água para beber e cozinhar. É importante construir um raciocínio lógico junto às famílias no sentido de nivelar a compreensão do papel da cisterna como uma estrutura básica, dentro de uma estratégia de convivência com o semi-árido que considera o atendimento das diferentes demandas de água na unidade produtiva, ou seja, a água para o consumo humano (beber e cozinhar), doméstico, animal e agrícola. Além dessa sensibilização, é necessário que se levante e se reflita sobre os problemas comuns no manejo da cisterna, que podem causar, entre outros, uma baixa captação da chuva até uma perda total ou parcial da qualidade da água. Feito o diagnóstico participativo dos possíveis problemas, as famílias devem ser estimuladas a discutir as medidas preventivas sob o ponto de vista técnico e organizativo, no sentido da construção de uma agenda coletiva de compromissos da comunidade no processo de implantação e operacionalização de suas cisternas.

2 - Em relação à cidadania é preciso estimular uma reflexão crítica nas famílias sobre a dimensão histórica das relações sócio-políticas entre a população do semi-árido e os representantes do modelo imposto pelo Estado, nas esferas municipais, estaduais e federal. Essa reflexão deve contribuir para o entendimento de que a água é um direito básico de cidadania e não, como historicamente vem sendo tratada, uma concessão ou um favor político daqueles que detêm o poder. É preciso discutir os exemplos de organização do povo para assegurar os direitos garantidos pela Constituição brasileira, bem como os deveres desse mesmo povo em manejar e conservar corretamente a água conquistada com tanta luta. Por fim, a reflexão deve fomentar a discussão sobre o envolvimento das famílias na gestão do P1MC no nível da comunidade e do município, buscando a valorização e a apropriação da proposta do programa pelas famílias participantes.

3 - No tema convivência com o semi-árido, o foco deve ser a reflexão sobre as características naturais da região semi-árida como fator determinante dos limites e das possibilidades da vida humana e animal, bem como de armazenamento e uso da água, dos plantios e das criações. Para isso, é fundamental uma compreensão do significado prático da pluviometria e da evapotranspiração potencial na vida produtiva da agricultura familiar do semi-árido. As alternativas de convivência existentes no nível da própria comunidade e externas devem ser discutidas no sentido de facilitar a compreensão e estimular a comunidade na busca de canais que apoiem na implantação e/ou ampliação de propostas de convivência.

O processo de capacitação das famílias será efetivado por organizações da sociedade civil, membros da ASA, contratados pelas unidades gestoras de cada microrregião, buscando-se atingir os seguintes objetivos e metas:

Objetivos

- ★ Incrementar a mobilização, a motivação, a compreensão e o conhecimento das famílias, agentes de saúde e professores das comunidades, sobre cidadania e convivência com o semi-árido;
- ★ Capacitar as famílias dos beneficiários em captação, gestão e manejo da água de chuva na cisterna, além de agentes de saúde, professores e, preferencialmente, mulheres; todos atuantes nas comunidades envolvidas diretamente com o **P1MC**.

3.4 COMUNICAÇÃO

3.4.1 Objetivos da Comunicação

Gerais:

- ★ Projetar a imagem da **ASA** como um fórum que dinamiza a estratégia de convivência com o semi-árido, expressando os valores de diversidade, solidariedade e prática democrática;
- ★ Garantir o acesso comum às informações e a interação entre as organizações integrantes da **ASA**, através de um sistema descentralizado para o pleno funcionamento do **P1MC**.

Específicos:

- ★ Afirmar a imagem positiva do semi-árido brasileiro como uma região viável, de soluções e convivência harmoniosa com a natureza e o clima, sobrepondo-a a imagem negativa de região-problema, sempre fracassando no que se denomina, equivocadamente, de “combate à seca”;
- ★ Valorizar a cultura do semi-árido, fortalecendo a auto-estima da região;
- ★ Possibilitar que o homem do campo se reconheça na comunicação da **ASA** e do **P1MC**;
- ★ Difundir a história, os conceitos, as articulações e a experiência da **ASA**, com destaque para o **P1MC** e os GTs de novos programas;
- ★ Divulgar as ações das organizações estaduais e locais da **ASA**, as parcerias e personalidades do semi-árido integradas à **ASA** e seus programas;
- ★ Estabelecer instrumentos de mobilização social para o **P1MC**;
- ★ Apoiar as estratégias estaduais da **ASA**;
- ★ Estimular processo de integração e a troca de experiências entre os integrantes da **ASA**.

3.4.2 Públicos-Alvo

- ★ População em geral, através dos meios de comunicação social;
- ★ Segmentos da população ligada a projetos, com mídias específicas;
- ★ Comunicadores;
- ★ Financiadores;
- ★ Parceiros;
- ★ Entidades internacionais;
- ★ Governantes, parlamentares, personalidades políticas;
- ★ Empresários;
- ★ Universidade, escolas afins, rede de ensino em geral.

3.4.3 Base Política

Toda proposta de comunicação é definida sobre o suporte de uma estratégia política e dos encaminhamentos a ela vinculados. Programaticamente, a **ASA** se orienta pela Declaração do Semi-Árido e a Carta de Princípios, que lhe dão a identidade temática e o perfil político. Do ponto de vista prático, seu projeto de maior

envergadura é o **P1MC**. O primeiro aspecto diferencia qualitativamente a intervenção da **ASA**. O segundo determina uma prioridade no trabalho concreto. Aí se encontra a substância político-programática e prática da comunicação da **ASA**.

3.4.4 O Terreno da Comunicação

De uma maneira geral, a comunicação se dirige ao público externo para disseminar informações, fortalecer a imagem, alargar a ação e os apoios. Ao público interno, para atualizar, elevar a interação e a coesão e melhorar o desempenho em torno dos objetivos propostos. A matéria-prima da comunicação são as informações sobre os diversos aspectos de uma instituição, entidade ou rede: os posicionamentos programáticos, o exercício crítico, o desenvolvimento de projetos, os resultados, a pauta de eventos, a mobilização, as articulações, a ação de lobby, as alianças e os apoios. É fundamental, portanto, que as informações estejam devidamente organizadas e disponíveis para serem trabalhadas.

Assentada sobre as bases político-programática e organizativa, a comunicação define a sua estratégia específica. Alguns pontos são essenciais: *identidade e coerência, qualidade, acessibilidade, senso de oportunidade e difusão cultural*.

3.4.5 Identidade e Coerência

A identidade programática é que define a razão de ser de uma instituição, entidade ou rede, determinando o perfil da sua ação em todos os níveis, inclusive, o da comunicação. Deve haver coerência entre as posições que se defende e o tipo de comunicação que se faz, em matéria de processo e produtos. No caso da **ASA**, como afirmar no dia-a-dia da comunicação os princípios de diversidade, solidariedade e prática democrática?

Quanto ao processo, o ponto de partida inicial é assegurar que qualquer uma das organizações integrantes da rede disponha do mesmo nível de informação acerca de articulações, decisões, avaliações, ações e projetos. Para isto, é preciso estabelecer uma dinâmica em que um impulso comunicativo surgido de um ponto qualquer possa fluir livremente pelo conjunto e obter respostas, não apenas em mão dupla, mas também em vasos comunicantes ou em movimentos circulares.

É preciso garantir na **ASA** o acesso comum às informações, considerando a diversidade existente em matéria de tecnologia da informação e domínio de equipamentos. Os materiais informativos devem alcançar a rede como um todo, independentemente do veículo ou suporte. Assim como se faz o café com o produto solúvel, o filtro descartável ou o pano tradicional, que se combine o correio eletrônico, o fax, o telefone e a remessa postal, no esforço para que cada um possa chegar a todos. Qualquer uniformização resultará em exclusão comunicativa, seja com tintas arcaizantes ou ultra-modernas.

A coerência também se estende à forma dos produtos de comunicação. Seria inaceitável, para uma entidade que trabalha com papel reciclado, imprimir um convite em papel couché. Do mesmo modo, a **ASA**, fundada em princípios de desenvolvimento sustentável, convivência com a seca e aproveitamento máximo da água por meio de cisternas domésticas, não deve apresentar produtos de comunicação sofisticados e marcados por uma estética de novo rico.

No aspecto econômico, se o **P1MC** se caracteriza pela combinação entre uma adequada resolução técnica e uma excelente relação custo-benefício, a política de comunicação deve, também, seguir essa equação. Despesas podem ser reduzidas, por exemplo, com a produção gráfica em papel mais barato e a impressão em cooperativas ou oficinas ligadas a entidades afins ou aliadas.

3.4.6 Qualidade

A ação comunicativa da **ASA** deve zelar pela qualidade técnica e artística em todos os aspectos. Nas cisternas e nos produtos de mídia, não é recomendável baixar a qualidade para fazer economia. Na comunicação, sobre a base programática e processos definidos, são os elementos técnicos e artísticos que fazem a diferença, possibilitando que níveis elevados de resolução e impacto sejam atingidos com o uso de suportes e materiais simples e de menor custo.

3.4.7 Acessibilidade

Os produtos de comunicação da **ASA** devem primar pela facilidade da sua assimilação pelos receptores. A linguagem escrita e visual deve observar o princípio de falar para ser entendido e não para ser decifrado. Nunca obrigar o receptor a franzir o cenho, apertar os olhos ou pedir ajuda para assimilar o produto, como se estivesse resolvendo palavras cruzadas, comparando desenhos com oito erros ou brincando de quebra-cabeças. Não se deve identificar refinamento com complicação. E no extremo oposto, não confundir popularização com vulgarização.

A acessibilidade também é garantida pela valorização dos elementos da cultura das comunidades, fazendo com os produtos comunicativos não assumam a condição de corpos estranhos ou coisas de fora, mas sejam aceitos como elementos de aprofundamento do diálogo em torno de uma realidade comum e seus desafios.

3.4.8 Produtos Básicos

São produtos de comunicação básicos: a marca, o site, o boletim impresso, o folder, a brochura, o vídeo institucional. Para a **ASA**, o programa de rádio se coloca com uma importância destacada, que vem sendo demonstrada na prática.

Marca – Uma instituição deve ter uma identidade visual forte, constituída por uma marca, a ser aplicada em todos os veículos e produtos que lhe pertençam, segundo as indicações de um manual de utilização. Poderão compor a marca um símbolo, uma cor e/ou um slogan.

Site com documentos da **ASA** e material editado de relatórios, projetos, pesquisas, além de matérias jornalísticas, fotografias, pronunciamentos, bem como o acesso ao Sistema de Gestão do **P1MC**, em intranet com todas as UGs.

* *Enquetes* poderão ser feitas em torno de temas relevantes relacionados ao semi-árido.

* *Salas de discussão* poderão ser programadas entre personalidades escolhidas, representativas do poder público ou da sociedade civil, com temas estabelecidos ou pauta livre.

* *Boletim Eletrônico Mensal* no volume de quatro páginas tamanho A-4, a ser veiculado pelo site da **ASA** e com *uma versão gráfica*. Deverá sintetizar e transmitir a dinâmica da **ASA** no seu conjunto, considerando as experiências desenvolvidas nos municípios, destacando fatos e resultados relevantes relacionados à ação local, à presença dos parceiros, a aspectos pedagógicos e a possíveis repercussões nos meios de comunicação social.

* *Agenda Eletrônica* envolvendo a programação de atividades e articulações da **ASA**, considerando a atuação de todos os parceiros, os eventos de preparação e avaliação e a dinâmica no âmbito dos estados, destacando o processo de mobilização e controle social do **P1MC**.

Boletim impresso mensal, como versão do Boletim Eletrônico.

Folder Institucional com dados históricos da **ASA**, sua composição, Carta de Princípios e informações sobre o **P1MC**.

Folder sobre o P1MC dirigido ao público a ser mobilizado para a construção de cisternas.

Brochura com a Declaração do Semi-Árido, as Propostas da Articulação do Semi-Árido, a Carta de Princípios e informações sintéticas sobre a **ASA**.

Relatório Anual Físico e Financeiro do P1MC – descrevendo todas as etapas, atividades, aplicações e resultados obtidos no período.

Folder sobre P1MC dirigido a formadores de opinião.

Folheto de Cordel sobre **ASA/P1MC**.

Folheto de Cordel com a Declaração do Semi-Árido.

Vídeo Institucional sobre ASA/P1MC.

3.4.9 Campanha

Uma campanha nacional deverá ser realizada, no sentido de divulgar e captar recursos que viabilizem o **P1MC**, além de campanhas específicas ou eventos promocionais voltados para determinados segmentos de público.

3.4.10 Difusão Cultural

Além dos produtos de mídia destinados a públicos específicos e do trabalho voltado para alimentar a grande imprensa, é fundamental desenvolver uma atividade sistemática de difusão cultural com materiais destinados a profissionais de imprensa, professores, pesquisadores, estudantes. Centros de estudos e pesquisas e bibliotecas, inclusive escolares, devem ser incluídos na recepção.

Esta frente de atividade tem um caráter educativo e formativo, devendo também ser alimentada por articulações e promoções bem direcionadas, como por exemplo: concursos de reportagem, fotografia, monografia, redação escolar, expressão plástica etc.; indução à eleição de questões do semi-árido como temas de trabalhos acadêmicos; oferta de passeios didáticos e estágios para estudantes; palestras e exposições destinadas a profissionais de imprensa.

Uma atenção especial deve ser dada à área de ensino, notadamente, as escolas agrícolas, os cursos de Agronomia, Zootecnia, Geografia, Economia. E sem esquecer, nos estados, a ramificação do trabalho nas áreas e nos municípios mais típicos do clima semi-árido.

As formas artísticas de expressão – o teatro, a dança, a música, o cinema, o vídeo, a cantoria e os folguedos populares – aproximam os temas do cotidiano do povo e têm um alto potencial comunicativo, devendo integrar o trabalho de difusão cultural da problemática do semi-árido.

3.4.11 Política Editorial

Uma política editorial pode estar voltada para a difusão cultural, os debates, os concursos temáticos, a documentação histórica, a história oral. A edição de produtos culturais permanentes, como o livro, o CD, o vídeo, o álbum fotográfico, pode se pautar nas atividades e nas experiências das organizações integrantes da rede e participantes do **P1MC**. Um debate gravado e editado pode resultar numa brochura. Um seminário pode render um livro. O desenvolvimento de um projeto pode ser a oportunidade para registrar, em texto, fotografia ou vídeo, os seus efeitos objetivos e as suas repercussões políticas e sócio-psicológicas, expressas na fala dos cidadãos beneficiados.

As edições podem servir para subsidiar a difusão cultural em círculos mais intelectualizados ou para a popularização e o reforço político junto às comunidades.

3.4.12 Inclusão Digital

Inclusão Digital é proporcionar acesso de todas os cidadãos às novas tecnologias e meios de informação. Leia-se, por isto, acesso à informática. Cada vez mais a informática se mostra como parte da estrutura das sociedades. Excluídos digitais também são, de certa forma, excluídos sociais, e vice-versa. Trata-se, portanto, de desenvolver um trabalho social, de democratizar a informação, de democratizar os recursos sociais. Dessa forma, a ASA considera importante incluir este componente na comunicação.

3.4.13 Outros Produtos

Além dos anteriormente citados, está programada a elaboração de mais alguns produtos, como:

Marca; Calendário; Almanaque; Publicações com informações sobre o Semi-Árido; Material para mobilização (camisetas, adesivos, bottons, boné, pastas, folder, cartaz, bandeiras, música, cordel); Página Notícias da Asa Brasil no Notícias do Semi-Árido; Encartes estaduais para o Notícias do Semi-Árido; Informativo Asa para emissoras de rádio; Correspondentes estaduais para a Rádio Cidadão; Diagnóstico sobre os espaços disponíveis no Rádio pelos movimentos sociais; Linha 0800; Correio da ASA; Correio Viva Voz do P1MC; VTs/ASA; Site; Banco de Dados ASA/P1MC; Guia de Fontes; Portal na rede mundial, via concurso.

3.5 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SOCIEDADE CIVIL

Mais que um programa de construções (ou mesmo de “transferência de ativos”), o **P1MC** é um programa de mudança cultural, de dinamização e fortalecimento do capital social. Ademais, por sua abordagem universalista e não fundada em reivindicações corporativas, propõe um padrão de relacionamento entre estado (e governos) com a sociedade civil centrado sobre objetivos públicos.

O Programa visa, assim, o fortalecimento institucional das organizações de base, o que, por sua vez, propiciará maior dinamismo e sinergia com outras iniciativas de desenvolvimento local, bem como a melhoria do controle social, principalmente no que se refere à gestão dos recursos públicos.

Para tanto, no II Encontro Anual da ASA (realizado em setembro de 2001), deliberou-se por fundar uma Associação denominada AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o semi-árido, com a missão de trabalhar a serviço da **ASA**, como unidade gestora central, especificamente para atender as demandas oriundas da implementação do **P1MC**. Ressalta-se que a composição da diretoria da AP1MC coincide com a Coordenação Executiva da **ASA**, e que tem um estatuto bastante rígido, para permitir a correta condução dos trabalhos com abertura para o acompanhamento permanente por parte da sociedade civil interessada .

A distribuição das metas anuais foi pensada de acordo com o crescimento da capacidade operativa das entidades participantes, cuja lógica prevê a implementação até o final do Programa de 64 Unidades Gestoras (UGs), distribuídas por microrregiões do semi-árido, para dar suporte operacional, garantindo a eficiência e eficácia do **P1MC**. No sentido de adequar a realidade do meio rural e respeitando-se os instrumentos de gestão descentralizados, a escolha respeitará critérios previamente acordados, inviabilizando ingerências de qualquer ordem.

De imediato, adota-se a hipótese de uma expansão, baseada na instalação de 47 “Unidades Gestoras”. Estas unidades serão os núcleos mais próximos do Programa em uma localidade qualquer.

Critérios para a Qualificação para as Unidades Gestoras:

- ★ Entidade gestora deve ter no mínimo 3 anos de existência e experiência na gestão de recursos; Entidade executora deve ter no mínimo 2 anos de existência e experiência;
- ★ Entidade gestora e executora devem estar em dia com a documentação e obrigação social;
- ★ As entidades gestoras e executoras não devem ter caráter partidário ou presença de políticos na direção;
- ★ Entidade executora deve ter como público alvo os trabalhadores(as) rurais;
- ★ As entidades gestoras terão que ser membros da **ASA**.

Em casos excepcionais, que serão decididos pela Direção da AP1MC em base a justificativas fundadas, poderá haver flexibilização destes critérios

Salienta-se que a capacidade operacional necessária para a execução do **P1MC** depende fundamentalmente deste tipo de investimento, que garantirá o ritmo adequado ao alcance das metas e objetivos previstos no Programa.

Entende-se que o envolvimento das ONGs e OSCs em um programa de média duração, com recursos assegurados por 5 anos, deveria, por si só, garantir o fortalecimento das entidades da sociedade civil. Com a implantação do **P1MC** a tendência será a de ampliar a área de atuação e a capacidade operacional das organizações envolvidas. Por outro lado, o processo de articulação tornará cada uma das entidades cada vez mais visíveis, abrindo oportunidades para novas parcerias e desafios.

Tais circunstâncias aumentarão, também, o grau de responsabilidade pública de cada uma, vis-a-vis de suas comunidades, agentes financiadores, parceiros e associados. Em resumo, todas as partes envolvidas estarão mais sujeitas ao controle social e às cobranças públicas.

Como se sabe, a grande maioria das entidades e a própria **ASA** necessitarão de apoio institucional para o seu processo de crescimento, ajustamento e consolidação.

Este componente deve desenhar, também, quais seriam as ações requeridas para o alcance dos objetivos propostos. Para exemplificar: o gerenciamento de um Programa deste porte será praticamente **impossível** sem sistemas informatizados (o que implica, quase sempre, em duas linhas telefônicas), e sem veículos (meios apropriados de locomoção). Tudo isto representará um crescimento da capacidade operacional, mas também num aumento de custos de todo tipo (operação, manutenção, depreciação, seguros, etc).

Cada núcleo como este terá uma estrutura própria mínima, ainda que faça parte de uma entidade específica, ou seja, subordinada a ela.

Toda estrutura tem um custo que deverá ser cuidadosamente determinado e administrado pela AP1MC, no sentido de que cada bem adquirido seja registrado em nome da AP1MC, e esta, de posse das notas fiscais, procederá a emissão de termos de comodato para cada UG, tendo em vista os objetivos e a temporalidade do **P1MC**.

Raciocínio semelhante deve ser aplicado no exame e na determinação das necessidades institucionais das ONGs participantes, que serão responsáveis, diretamente, pelas “Unidades Gestoras”.

Acima destas instâncias será necessária uma Coordenação Estadual, que também deve ser mínima e fundada sobre as mesmas orientações. Como o Programa visa, também, a consolidação de parcerias, serão incentivados acordos caso-a-caso, a critério da Coordenação Estadual e da ONG responsável pela microrregião.

O fortalecimento das OSCs será distinto. De um lado, o processo de construção e de capacitação do Programa já facilitará a emergência ou a consolidação de lideranças locais. Como a maior parte dos processos de construção se realiza através das entidades de base, a mesma ação do Programa também as reforçará ante os seus associados e parceiros. A eventual utilização de “Fundos Rotativos”, gerenciados pela mesma comunidade, dará também, em escala significativamente ampliada, meios para que elas possam diversificar investimentos em outros setores de seus interesses, como

financiamento de pequena irrigação, criatórios, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras, etc. Com um maior grau de coesão e dinamismo de suas lideranças e entre seus membros, tornar-se-ão também, facilmente, identificáveis para alavancar recursos de outros programas governamentais.

Deve ser salientado que uma das maiores contribuições deste Programa será a de facilitar a emergência ou o fortalecimento do “capital social” existente na região. Segundo autores contemporâneos, este tipo de capital é pré-requisito para qualquer processo sustentável de desenvolvimento econômico, social, político e ambiental. Neste sentido, o fortalecimento ou a consolidação das entidades da sociedade civil e da **ASA** devem ser entendidos como investimentos para a formação do capital social.

Em nenhum momento este aspecto pode ser entendido, percebido ou confundido como uma “forma elegante”, “disfarçada”, de financiamento a aparatos burocráticos de algumas ONGs. De fato, em termos práticos, é provável que todos os investimentos institucionais (físicos) sejam consumidos no processo. E o que restará para a sociedade será uma prática e uma capacidade de a sociedade civil e o governo, de forma solidária e em escala ampliada, interagirem para o bem comum. Além do ineditismo, este é um valor incalculável. Seguramente, o programa liberará energias e facilitará o aparecimento de sinergias até agora pouco exploradas. Isto faz parte do dia-a-dia de grande parte das ONGs, mas deve ser explicitado e valorizado.

3.6 CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS

A idéia da construção de cisternas nasce da constatação da possibilidade de captar a água de chuva (gratuita) que escorre do teto da casa. A água captada é conduzida por meio de calhas a um tanque de armazenamento.

Dentre as soluções mais testadas para suprir a falta d'água nos períodos de estiagem no semi-árido, a cisterna ganhou a preferência das organizações sociais. É uma solução simples, de uma técnica facilmente adaptável à baixa situação educacional do povo do sertão, sendo também de baixo custo. Conseqüentemente, possui maior abrangência.

Vários modelos de cisternas vem sendo trabalhados pelas diversas organizações não-governamentais que participam da ASA. O modelo de forma cilíndrico se mostra mais econômico e resistente e, assim, é o modelo adotado pelo P1MC. No entanto, algumas organizações dão preferência à construção em telacimento, armação de arame e cimento e outras por meio de construção de placas pré-moldadas. Este último tem sido adotado pela maioria das organizações e, neste sentido, será o modelo descrito a seguir.

3.6.1 Histórico

As primeiras cisternas de placas construídas no semi-árido nordestino, segundo pesquisas realizadas pelos técnicos franceses Claire Bernat, Remy Courcier e Eric Sabourin, em 1992-93, com o apoio do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas/BA, do Movimento de Organização Comunitária - MOC, do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas - CAATINGA e do Centro de Pesquisa Tecnológica do Semi-Árido – EMBRAPA/CPTSA, encontram-se no município de Simão Dias, em Sergipe. A técnica foi trazida por um pedreiro deste município, conhecido com Nel, há mais de quarenta anos. A técnica foi aprendida na construção de piscinas, em São Paulo, onde o Nel trabalhou, que utilizava placas pré-moldadas. Nel e seus irmãos, em contato com outros pedreiros da região, espalharam a técnica pela região de Paulo Afonso e um dos seus colegas trouxe as cisternas para o município de Conceição do Coité. Sendo este último município o maior divulgador do modelo. Fotos aéreas da cidade, datadas da década de 60, mostram o uso comum deste equipamento nas residências do centro urbano. A partir de então várias adaptações foram feitas ao modelo. Da sua configuração original, aquela trazida pelo Nel, persiste, até hoje, com a designação de “Pintadas”, nome do município aonde este equipamento foi implantado, em 1988, de forma maciça pelo Centro Comunitário de Serviços em convênio com uma instituição do Governo Estadual e a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). A técnica foi levada por um pedreiro de Conceição do Coité e logo foi aprendida pelos pedreiros de Pintadas. Há iniciativas governamentais também em Sergipe (1983) e nos estados do Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A CAR apoiou esta experiência, embora de forma difusa, na região de Feira de Santana, aonde no município de Aracy, numa comunidade chamada Fubá, nome que se deve as características do solo que possui textura e cor semelhante ao do fubá de milho, se desenvolveu uma das adaptações mais utilizadas e divulgadas, daí surgindo a denominação de modelo “Fubá”.

3.6.2 Por que as Cisternas Cilíndricas?

Ao longo de vários anos, muitas ONG's discutiram, pesquisaram e avançaram bastante na busca de alternativas para a disponibilização de água de qualidade para o consumo humano das famílias do meio rural, famílias essas que sempre foram o foco das ações dessas organizações.

A captação de água de chuva através das Cisternas de Placas tem sido a melhor alternativa encontrada em termos técnicos, econômicos, políticos, sociais e, acima de tudo, ambientalmente correto. Daí caracteriza-se enquanto uma proposta que agrega possibilidades ao desenvolvimento sustentável da região. Apresenta-se a seguir a fundamentação da escolha pela cisterna cilíndrica (podendo ser de ferro-cimento, armação de arame ou de placas pré-moldadas):

Tecnicamente: Aplica-se a todos os tipos de solos do semi-árido tanto nos cristalinos como nos sedimentares. É de fácil aprendizado e reprodução, sendo hoje sua tecnologia dominada por quase 5.000 pedreiros da região, apresentando uma longevidade muita alta. Há cisternas com mais de 40 anos de existência.

Economicamente: Custo baixo em relação aos seus benefícios.

Politicamente: Contribui, consideravelmente, na diminuição da dependência das famílias em relação aos grandes proprietários de terra e aos políticos locais, pois cada família possuindo a sua cisterna, possuirá sua água de qualidade para consumo humano.

Socialmente: A construção das cisternas requer uma boa participação das famílias durante o processo de construção, pois a escavação do buraco aonde será erguida a cisterna é realizada pela mão-de-obra familiar. O processo de capacitação das famílias para os cuidados com a água e as fontes naturais desse recurso leva, ainda, a uma reflexão sobre o papel das mulheres na agricultura familiar, pois, facilitando o acesso a água, poupa o trabalho das mulheres e crianças de percorrerem longas distâncias em busca do líquido, transparecendo a importância dessa ação na vida das famílias. Por fim, e mais importante, há uma redução das doenças causadas pela ingestão de água contaminada, resultando numa diminuição do índice de mortalidade infantil dessa região e melhoria das condições de vida das populações.

Ambientalmente: Como tecnologia simples e apropriada ao meio ambiente não proporciona impacto negativo, uma vez que não explora os lençóis freáticos nem deposita no ambiente qualquer tipo de resíduo. Além disso, interfere positivamente no aspecto do escoamento superficial, evitando o carreamento de materiais sólidos em excesso durante a época chuvosa na região.

3.6.3 Capacidade e Durabilidade

Uma cisterna, nas dimensões hoje construídas pelas organizações sociais e propostas por esse Projeto, possui a capacidade de armazenar 16.000 litros de água, o suficiente para o consumo doméstico (beber e cozinhar) de uma família de 5 pessoas durante um ano.

Como o consumo de água para beber e cozinhar, de uma família com seis pessoas, num período de oito meses (intervalo probabilístico de pluviosidade na região), é estimado em 16.000 litros, trabalha-se modalmente com as cisternas com esta capacidade. Para que esta cisterna tenha saturado sua capacidade é necessário, considerando-se os telhados das casas com área mínima de 40m², uma pluviosidade de 500mm por ano dentro, pois, da média de precipitação da região.

Quanto à questão da durabilidade do equipamento, podemos afirmar que existem cisternas, em funcionamento, com mais de quarenta anos de construção. Alguns defeitos, em cisternas, ocorridos nesses mais de quarenta anos que elas são construídas, se devem aos seguintes fatores:

- ★ Uso de areia de má qualidade;
- ★ Traços das placas, das junções das placas e dos rebocos inadequados;
- ★ Não nivelamento do solo, fazendo com que o equipamento apresente pontos de empuxo;
- ★ A inexistência de ponto de ventilação das cisternas;
- ★ Em solos argilosos faz-se necessário o nivelamento com pedras (fundação) para a construção;
- ★ Não procedimento de uma limpeza anual;
- ★ Cisternas vazias por vários dias. A falta de água na cisterna pode provocar rachaduras no reboco provocando vazamentos;
- ★ Má localização (construção próxima a árvores, rede de esgotos, fossas, depósitos de lixo etc.).

Enfim, como em qualquer tipo de construção, a obediência às normas e técnicas de construção garante o bom funcionamento e durabilidade.

3.6.4 Metas de Atendimento das Famílias

Apresenta-se a seguir o cronograma de atendimento às famílias beneficiárias do P1MC por estados e ao longo dos cinco anos.

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS POR ESTADO

Ano	Total de cisternas	Nº de UGs	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE
1º	45.600	48	1.100	9.500	6.600	600	600	1.200	7.800	6.700	4.000	6.400	1.100
2º	140.000	54	6.000	30.000	18.000	1.500	1.500	3.000	24.000	24.000	10.000	16.000	6.000
3º	276.900	65	9.700	83.800	53.000	1.500	1.500	6.000	38.700	38.700	15.000	24.000	5.000
4º	301.100	65	9.700	109.200	53.000	2.000	2.000	6.700	39.700	39.700	19.000	15.400	4.700
5º	244.000	65	13.400	104.500	44.400	2.000	2.000	5.300	4.800	36.900	14.000	12.000	4.700
TOTAL	1.007.600	-	39.900	337.000	175.000	7.600	7.600	22.200	115.000	146.000	62.000	73.800	21.500

IV - ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 MODELO DE GESTÃO

Dado o caráter inovador deste Programa, foi necessário desenhar a sua institucionalidade específica. A concepção/identificação; o processo de preparação fundado em ampla mobilização e envolvimento da sociedade civil; os experimentos iniciais de negociação e implementação, co-financiados pelo MMA e pela Agência Nacional de Águas, tudo isto deixou evidente que os quadros institucionais vigentes, tanto governamentais como não-governamentais, seriam insuficientes para levar a bom termo a iniciativa.

Experiências governamentais e não-governamentais, passadas e atuais, foram exaustivamente examinadas e tiveram que ser abandonadas, por não responderem adequadamente às características deste Projeto, que se propôs, desde o início, a ser concebido, preparado e gerenciado pela sociedade civil. Não existindo experiência anterior equivalente, a Articulação Semi-Árido teve que desenhar uma proposta de arquitetura institucional e gerencial ajustada a estas exigências.

O processo de mobilização indicou claramente que qualquer que fosse o modelo escolhido, ele deveria responder a alguns requisitos básicos, tais como:

- 1 – descentralização executiva;
- 2 – participação e parcerias (de todos atores, principalmente as famílias);
- 3 – transparência (visibilidade para todos);
- 4 – flexibilidade (capacidade de auto-ajustes);
- 5 – simplicidade (facilidade para o operador menos estruturado).

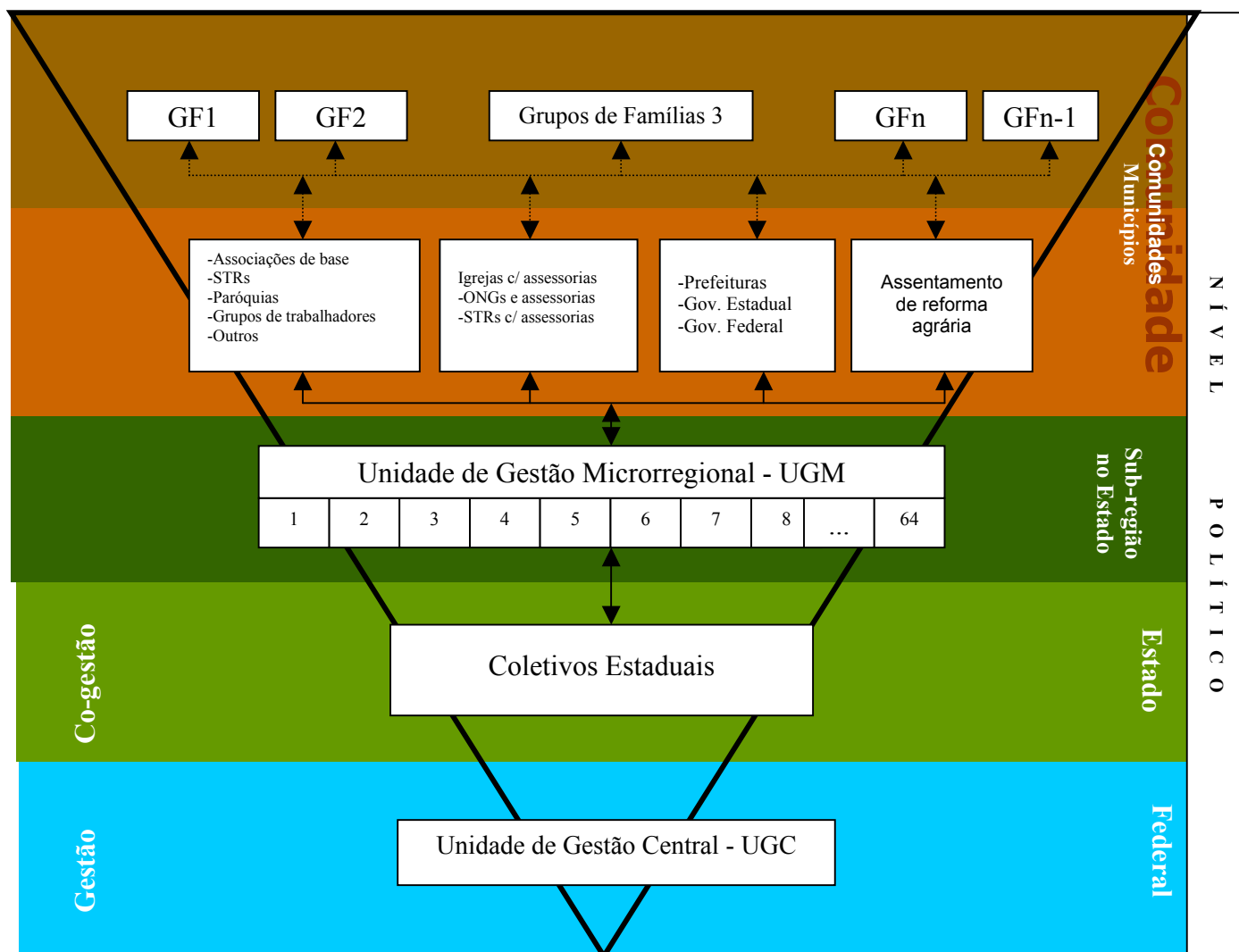
Um requisito adicional presente no espírito que preside a **ASA** e o **P1MC** é o da solidariedade e/ou da co-responsabilidade. É importante salientar que a solidariedade, do ponto-de-vista prático (e até legal), não é uma qualidade implícita, que possa ser presumida como existente. Ela só é real quando resultante de pactos ou acordos formais estabelecidos por vontade própria de pessoas ou instituições.

É importante salientar, também, que, durante o processo de mobilização para consolidar esta proposta, foram sendo desenhados acordos institucionais e operacionais entre organizações de base comunitária, ONGs, entidades sindicais, agências de cooperação, entidades das igrejas e mesmo órgãos governamentais, em torno dos tópicos acima mencionados. Do ponto-de-vista prático, esses acordos representam verdadeiros contratos. Uma eventual ruptura dos mesmos poderia significar, simplesmente, a inviabilização do Projeto.

Adicionalmente, a prática construiu o conceito de que este seria um Projeto Federal com um modelo espacial de articulação que, originando-se no município, congregasse as microrregiões operacionais. O conjunto destas microrregiões se somariam no espaço de um estado da federação e o conjunto dos estados constituiria a totalidade do projeto. Cada um destes níveis tem funções de decisão e tarefas de implementação.

Quadro 1:

Estrutura de Gestão Política e Administrativa



As instituições municipais, quaisquer que sejam, são as executoras diretas do Projeto. É nelas que se origina, tal como na preparação do Projeto, toda a cadeia de planejamento e de decisões, cujos agregados são conciliados nas microrregiões, passando estados e, daí, sendo transferidos ao núcleo central do Projeto, para nova sistematização.

Os níveis descentralizados, ao planejarem e decidirem sobre qualquer matéria, levarão em consideração os indicativos e os pactos já consolidados por este Projeto, que eles mesmos determinaram e construíram. Neste sentido, as instâncias centrais do conjunto do projeto ou dos subconjuntos estaduais têm seu poder limitado e sobredeterminado pelos compromissos já assumidos com as populações às quais o Projeto pretende servir. Estas condições levam a descartar, por exemplo, a necessidade de instalar-se uma dezena de instâncias de “coordenações executivas estaduais”, como ocorre em outros projetos.

É importante salientar que a Articulação no Semi-Árido Brasileiro – **ASA** e as Articulações Estaduais (ASAs Estaduais), definidas como “espaços de articulação política da sociedade civil organizada” não podem ter, no **P1MC**, funções executivas, sob pena de negarem sua identidade. São as instituições a ela(s) vinculada(s) que podem, por seus mandatos e objetivos, implementar o Projeto como pessoas jurídicas autônomas.

O projeto necessita, no entanto, de uma Unidade Gestora Central – UGC, e a solução encontrada foi a da criação de uma nova entidade, a “Associação P1MC”, que exercerá tais papéis. Esta associação, criada por vontade das mesmas entidades, se constitui, então, como o elemento que permitirá, simultaneamente, a execução do Projeto e a manutenção das identidades e especificidades de todos os executores locais e dos gestores microrregionais que estarão operacionalizando as ações.

Esta Associação está qualificada como OSCIP, nos termos da lei 9.790/99 e do Decreto 2.300/99, facilitando assim a celebração, com o poder público, de Termos de Parceria que, como se sabe, são verdadeiros contratos de gestão. Esta OSCIP por sua vez, celebrará, com unidades gestoras microrregionais (ONGs e entidades implantadas e atuantes na microrregião), os chamados “termos de cooperação”, que serão, do ponto-de-vista legal, acordos subsidiários e semelhantes aos termos de parceria. E, finalmente, estas celebrarão, com entidades de base local, novos instrumentos, de acordo para a execução direta das ações previstas.

Tanto a Unidade Gestora Central como as microrregionais desempenharão, além das atividades de coordenação, tarefas executivas para as atividades previstas, compreendendo componentes de comunicação, capacitação, mobilização e controle social, além das funções administrativas pertinentes.

No total, foram definidas para o conjunto do semi-árido 65 unidades microrregionais, que se encarregarão de cerca de 1.300 municípios. Essas unidades gestoras serão implantadas em entidades já existentes e com tradição nesse tipo de operação. Os critérios de escolha são:

- ★ As entidades gestoras têm que, obrigatoriamente, pertencer à **ASA**, comprovar que existem como pessoa jurídica há três anos, no mínimo, e que possuem experiência na gestão de recursos públicos;
- ★ As entidades executoras devem possuir experiência na construção de cisternas e ter como público-alvo os agricultores familiares e trabalhadores rurais;
- ★ Tanto as entidades gestoras como as executoras têm que estar com a sua documentação regularizada (CNPJ, RAIS, INSS, Ata de Eleição e Posse da Diretoria, etc.) e suas obrigações sociais em dia;
- ★ As entidades não podem ter caráter partidário, nem políticos em sua direção;

- ★ A escolha de Parceiros governamentais como executores do Programa está condicionada às situações específicas locais, sendo preciso que eles tenham experiência de trabalho com agricultores e/ou famílias rurais, participação social, autonomia de ação e a aceitação dos demais atores locais na situação especificada.

Estas unidades microrregionais estarão atuando em parceria com entidades de âmbito de ação municipal ou mesmo comunitárias. Se assume que, em cada município, poderão ser mobilizadas até 20 entidades deste tipo, o que poderia gerar o envolvimento de mais de 20.000 organizações.

Obviamente, todas estas unidades receberão, ao longo do Projeto, treinamento específico que as qualifique para participar integralmente nas operações (ver componente de capacitação).

Para viabilizar de forma harmônica e eficaz a implementação do conjunto de componentes é necessário, então, que os núcleos de gerenciamento exerçam plenamente - ou façam com que se exerçam - as funções de gerenciamento, que, resumidamente, são:

- a) Planejamento;
- b) Captação e Alocação de Recursos (Físicos, Financeiros e Humanos);
- c) Supervisão e Controle de Qualidade;
- d) Monitoramento;
- e) Existência de um processo de avaliação e auditoria externa; e,
- f) Controle social do conjunto do processo.

Determinar o modelo de gestão significou definir como, no âmbito do **P1MC**, estas funções conexas e integradas deverão ser desempenhadas e por quais instituições e atores. A seguir se examinam as características marcantes de cada um destes itens.

a) Planejamento

Como o Projeto já determina os grandes parâmetros do planejamento anual e de médio prazo, até o âmbito de cada estado, a função de planejamento deve ser entendida como detalhamento do Projeto dentro de cada unidade federada. Isto é, nas microrregiões e no âmbito municipal e comunitário. Trata-se de um planejamento de tipo tático e operacional.

O cronograma das ações de planejamento deverá obedecer, via de regra, às datas do processo de orçamentação do governo federal.

b) Captação e Alocação de Recursos

Cada nível operacional exercerá estas funções. No nível de comunidades tratar-se-á da captação de contrapartidas das famílias em dinheiro. No nível municipal, poderá haver captação de recursos junto a prefeituras, empresários, pessoas ou entidades da sociedade civil. No espaço microrregional se espera a captação de recursos oriundos de governos estaduais ou de quaisquer dos outros atores já mencionados. No âmbito da Unidade Gestora Central, espera-se a captação de

recursos oriundos do Governo Federal ou mesmo de financiadores externos (privados). O diagrama Fluxo de Recursos explicita estas relações e possibilidades (ver Quadro 2).

Os mecanismos de descentralização de recursos obedecerão às demandas oriundas das propostas do planejamento, mas estarão também condicionadas aos mecanismos de prestação de contas de atividades e dos recursos anteriormente alocados. O fluxograma deste processo é apresentado no Quadro 3.

Como regra geral, se estabelece que as liberações serão mensais e que a terceira liberação se dará, somente, quando da prestação de contas da primeira parcela desembolsada.

É bom salientar que, no esquema proposto, entidades executoras de base municipal ou comunitária estarão operando e administrando recursos relativamente pequenos e de rápido desembolso (componente de construção de cisternas), podendo variar de um mínimo de R\$ 15.000,00 a um máximo de R\$ 120.000,00 por ano. Esta característica, juntamente com o processo de controle social, deve ser suficiente para eliminar desvios de finalidade na aplicação dos recursos.

c) Supervisão e Controle de Qualidade

É uma função que, mesmo sendo observada pelos próprios beneficiários e organizações de base comunitária, estará especificamente a cargo das Unidades Gestoras Microrregionais e da Unidade Central. Para tanto, as primeiras receberão equipamento de GPS para geo-referenciar cada obra construída.

O controle de qualidade e o acompanhamento posterior quanto ao uso apropriado da obra, será realizado, também, pelo sistema de monitoramento, bem como pelos agentes responsáveis dos serviços de saúde e/ou de saneamento que, no desempenho de suas funções de rotina, poderão servir como importantes atores educativos e de fomento.

d) Monitoramento

O acompanhamento físico e financeiro do processo é função essencial das entidades gestoras. O sistema de indicadores para isto já está sumariado no mesmo detalhamento das operações e atividades de cada componente. O projeto deverá produzir relatórios trimestrais, informando sobre o desempenho e problemas de cada atividade prevista no Projeto.

A Unidade Gestora Central disporá de um especialista no tema, cabendo-lhe manter o fluxo de informações e de retroalimentação, em articulação com os gestores microrregionais e eventuais consultores.

e) Auditoria e Avaliação Externa

Anualmente será realizada uma auditoria externa independente (por empresa de auditoria credenciada), além dos controles usuais dos órgãos governamentais; os resultados serão publicados em relatórios específicos.

Existirá, também, um esforço avaliativo dos impactos sociais produzidos pelo projeto, segundo um modelo a ser especificado durante o primeiro ano de execução do

Projeto. A unidade Gestora Central dispõe de recursos necessários à contratação de uma avaliação externa e independente.

f) Controle Social

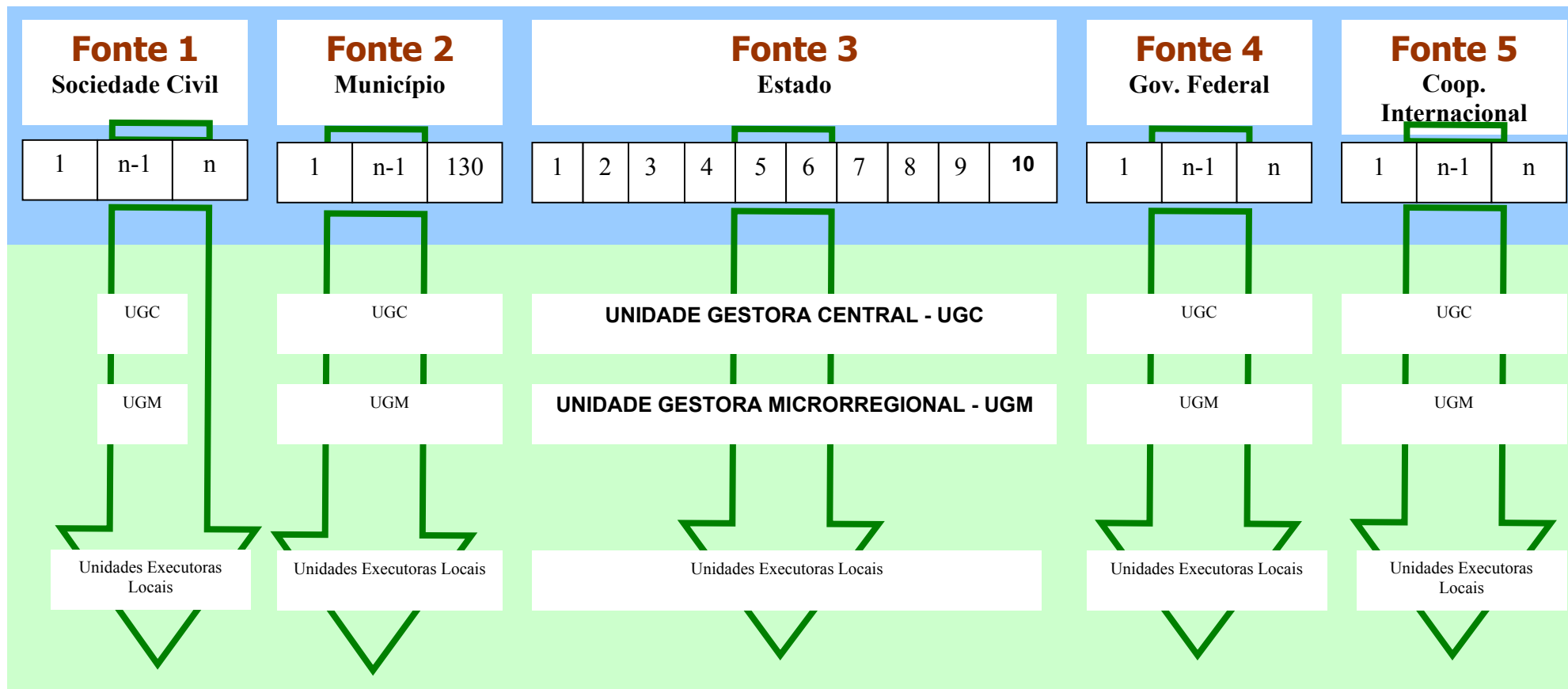
Para facilitar o exercício de tal função, no II Encontro anual da ASA (realizado em setembro de 2001), deliberou-se que a AP1MC – “Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido”, deveria se qualificar como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP que, por natureza jurídica, é uma entidade aberta ao controle social (ver lei 9.790/99). Ressalta-se que a composição da diretoria da AP1MC coincide com a Coordenação Executiva da ASA (composta de 11 representantes dos 11 estados), e que a AP1MC dispõe de um estatuto bastante rígido, para permitir a correta condução dos trabalhos, com abertura para o acompanhamento permanente por parte da sociedade civil interessada.

Esta será, em definitivo, a chave do sucesso do modelo de gestão. Somente por intermédio da supervisão de todos os agentes sociais (famílias, organizações sociais, órgãos governamentais, etc.) é que será assegurada a realização de todos os princípios que a própria sociedade civil tanto recomenda para as ações governamentais.

O Projeto prevê, no componente específico, algumas das atividades que ele estará subsidiando diretamente. No entanto, se assume como certo que tal controle será muito mais amplo e ativo.

Tendo em vista estes elementos, a Unidade Gestora Central desenhou e implantou um modelo informatizado de gerenciamento (SIGA) que permite, a cada momento, o pleno conhecimento das operações, em qualquer das esferas institucionais envolvidas diretamente no processo. Tal sistema implantado em modelo similar ao de uma *Intranet*, vinculará a Unidade central todas as unidades microrregionais e estas entre si.

Quadro 2
FLUXOS DE REPASSE DE RECURSOS



Uma fonte "X" pode "repassar" recursos diretamente para um ator. Supõe-se que por **recursos** entende-se: financeiros, humanos (mão-de-obra) e bens materiais.

Fontes de financiamento

Atores/Executores

Quadro 3
FLUXOS DE RECURSOS

